

***Petróleo Brasileiro S.A. -  
PETROBRAS e Subsidiárias***

***Demonstrações contábeis  
consolidadas***

*30 de setembro de 2007 e 2006 com Relatório  
de Revisão dos Auditores Independentes  
Registrados no Conselho de Supervisão de  
Contabilidade das Companhias Abertas nos  
Estados Unidos da América (PCAOB)*

(Tradução livre do original em inglês)

(Tradução livre do original em inglês)

**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -PETROBRAS  
E SUBSIDIÁRIAS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Índice

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes Registrados no PCAOB.....	3
Balancos Patrimoniais Consolidados .....	4
Demonstrações Consolidadas do Resultado .....	7
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa .....	9
Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas .....	14
1. Base de Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	14
2. Práticas Contábeis Adotadas Recentemente.....	15
3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos.....	15
4. Imposto de Renda e Contribuição Social .....	20
5. Caixa e Equivalentes a Caixa .....	25
6. Títulos e Valores Mobiliários .....	25
7. Estoques.....	27
8. Impostos a recuperar.....	27
9. Conta Petróleo e Álcool - Créditos junto ao Governo Federal.....	28
10. Financiamentos.....	29
11. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas.....	33
12. Projetos Estruturados.....	35
13. Arrendamento Mercantil .....	37
14. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios.....	38
15. Patrimônio Líquido.....	42
16. Compromissos e Contingências .....	45
17. Informações sobre Segmentos de Negócios .....	47
18. Nova Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia .....	55
19. Revisão dos Convênios Operacionais na Venezuela.....	57
19. Revisão dos Convênios Operacionais na Venezuela (Continuação).....	58
20. Aquisições .....	59
21. Participação especial do campo de Marlim .....	63
22. Eventos Subseqüentes .....	64

# Relatório de revisão dos auditores independentes registrados no PCAOB (\*)

(Tradução livre do original em inglês)

Ao Conselho de Administração e Acionistas  
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Efetuamos uma revisão do balanço patrimonial condensado consolidado da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (e suas controladas) levantado em 30 de setembro de 2007, e das respectivas demonstrações condensadas consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, correspondentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2007 e 2006. As demonstrações contábeis condensadas consolidadas são de responsabilidade da Administração da Companhia.

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas nos Estados Unidos da América (PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board). Uma revisão de demonstrações contábeis em períodos intermediários consiste principalmente da aplicação de procedimentos de revisão analítica e indagações feitas aos responsáveis por assuntos contábeis e financeiros. O escopo desta revisão é substancialmente menor do que uma auditoria conduzida de acordo com as normas estabelecidas pelo PCAOB (Estados Unidos), cujo objetivo é emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Conseqüentemente, não emitimos uma opinião.

Baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações contábeis condensadas consolidadas acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos.

KPMG Auditores Independentes

Rio de Janeiro, Brasil  
26 de novembro de 2007

*\*Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas nos Estados Unidos da América (PCAOB - "Public Company Accounting Oversight Board").*

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS  
30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006  
Em milhões de dólares norte-americanos

	<u>30 de setembro de 2007</u> (não auditada)	<u>31 de dezembro de 2006</u> (Nota 1)
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes a caixa (Nota 5)	7.421	12.688
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	267	346
Contas a receber, líquidas	6.374	6.311
Estoques (Nota 7)	8.277	6.573
Imposto de renda diferido (Nota 4)	625	653
Impostos a recuperar (Nota 8)	3.279	2.593
Adiantamentos a fornecedores	1.134	948
Outros ativos circulantes	1.275	843
	<u>28.652</u>	<u>30.955</u>
<b>Imobilizado, líquido</b>	<u>76.041</u>	<u>58.897</u>
<b>Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos</b>	<u>3.740</u>	<u>3.262</u>
<b>Outros ativos</b>		
Contas a receber, líquidas	1.096	513
Adiantamentos a fornecedores	1.292	852
Conta Petróleo e Álcool - créditos junto ao Governo Federal (Nota 9)	433	368
Títulos governamentais	677	479
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	1.896	94
Depósitos vinculados a processos judiciais e garantias (Nota 16)	987	816
Impostos a recuperar (Nota 8)	2.087	1.292
Imposto de renda diferido (Nota 4)	5	61
Ágio	255	243
Despesas antecipadas	219	244
Estoques (Nota 7)	197	210
Outros ativos	754	394
	<u>9.898</u>	<u>5.566</u>
<b>Total do ativo</b>	<u><u>118.331</u></u>	<u><u>98.680</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Continuação)

30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006

Em milhões de dólares norte-americanos (exceto pelo número de ações)

	<u>30 de setembro de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
	(não auditada)	(Nota 1)
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	6.221	5.418
Financiamentos de curto prazo (Nota 10)	844	1.293
Parcela circulante dos financiamentos de longo prazo (Nota 10)	2.081	2.106
Parcela circulante dos projetos estruturados (Nota 12)	2.307	2.182
Parcela circulante das obrigações de arrendamento mercantil (Nota 13)	241	231
Juros provisionados	243	247
Imposto de renda e contribuição social a pagar	151	235
Impostos a pagar, exceto imposto de renda e contribuição social	3.749	3.122
Imposto de renda diferido (Nota 4)	7	8
Salários e encargos sociais	1.614	1.192
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.386	3.693
Contingências (Nota 16)	29	25
Adiantamentos de clientes	458	880
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Plano de pensão (Nota 14)	249	198
Outras contas a pagar e provisões	1.040	956
	<u>21.620</u>	<u>21.786</u>
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Financiamentos de longo prazo (Nota 10)	10.616	10.510
Projetos estruturados (Nota 12)	3.786	4.192
Obrigações de arrendamento mercantil (Nota 13)	524	824
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Plano de pensão (Nota 14)	6.460	4.645
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Plano de saúde (Nota 14)	6.847	5.433
Imposto de renda diferido (Nota 4)	3.883	2.916
Provisão para abandono de poços	1.852	1.473
Contingências (Nota 16)	284	208
Outros passivos	606	428
	<u>34.858</u>	<u>30.629</u>
Participação minoritária	<u>2.206</u>	<u>1.966</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Continuação)

30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006

Em milhões de dólares norte-americanos (exceto pelo número de ações)

	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
	(não auditada)	(Nota 1)
<b>Patrimônio líquido (Nota 15)</b>		
Ações autorizadas e emitidas		
Ações preferenciais - 2007 e 2006 - 1.850.364.698 ações	8.620	7.718
Ações ordinárias - 2007 e 2006 - 2.536.673.672 ações	12.196	10.959
Reserva de capital	769	174
Lucros acumulados		
Apropriados	25.178	23.704
A apropriar	14.343	10.541
Outros resultados abrangentes acumulados		
Ajustes de conversão acumulados	1.869	(6.202)
Ajustes de reservas de benefícios, pós-aposentadoria, líquidos de impostos (US\$1.451 e US\$1.058 em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, respectivamente) - Plano de pensão (Nota 14)	(2.818)	(2.052)
Ajustes de reservas de benefícios, pós-aposentadoria, líquidos de impostos (US\$591 e US\$508 em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, respectivamente) - Plano de saúde (Nota 14)	(1.147)	(987)
Ganhos a realizar sobre títulos disponíveis para venda, líquidos de impostos (US\$329 e US\$230 em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, respectivamente)	639	446
Perda não reconhecida no "hedge" de fluxo de caixa, líquida de impostos	(2)	(2)
	<u>59.646</u>	<u>44.299</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u><b>118.331</b></u>	<u><b>98.680</b></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO**

30 de setembro de 2007 e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto a quantidade e valores por ação)

(Não auditado)

	<b>Período de nove meses findo em</b>	
	<b>30 de setembro de</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Vendas de produtos e serviços</b>	<b>79.983</b>	69.267
Menos:		
ICMS e outros impostos sobre vendas e serviços	<b>(14.688)</b>	(13.239)
Contribuição de intervenção do domínio econômico - CIDE	<b>(2.884)</b>	(2.701)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>62.411</b>	53.327
Custo das vendas	<b>(34.931)</b>	(28.841)
Depreciação, exaustão e amortização	<b>(3.816)</b>	(2.616)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	<b>(789)</b>	(545)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	<b>(4.381)</b>	(3.520)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	<b>(612)</b>	(512)
Outras despesas operacionais	<b>(1.718)</b>	(600)
<b>Total de custos e despesas</b>	<b>(46.247)</b>	(36.634)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	<b>172</b>	36
Receita financeira (Nota 11)	<b>835</b>	930
Despesa financeira (Nota 11)	<b>(575)</b>	(1.414)
Variações monetárias e cambiais sobre os ativos e passivos monetários, líquidas (Nota 11)	<b>(630)</b>	107
Despesa com benefícios aos participantes aposentados	<b>(728)</b>	(764)
Outros tributos	<b>(485)</b>	(417)
Outras despesas, líquidas	<b>9</b>	(58)
	<b>(1.402)</b>	(1.580)
<b>Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da participação minoritária</b>	<b>14.762</b>	15.113

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (Continuação)

30 de setembro de 2007 e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto a quantidade e valores por ação)

(Não auditado)

	<b>Período de nove meses findo em</b>	
	<b>30 de setembro de</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Despesa de imposto de renda (Nota 4)</b>		
Corrente	(3.510)	(4.763)
Diferido	(681)	114
	<u>(4.191)</u>	<u>(4.649)</u>
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	<u>(245)</u>	<u>(424)</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b><u>10.326</u></b>	<b><u>10.040</u></b>
<b>Lucro líquido aplicável a cada classe de ações</b>		
Ordinárias	5.971	5.806
Preferenciais	<u>4.355</u>	<u>4.234</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b><u>10.326</u></b>	<b><u>10.040</u></b>
<b>Lucro básico e diluído por: (Nota 15)</b>		
Ação Ordinária e Preferencial	2,35	2,29
ADS Ordinárias e Preferenciais	4,70	4,58 (*)
<b>Média ponderada da quantidade de ações em circulação</b>		
Ordinárias	2.536.673.672	2.536.673.672
Preferenciais	<u>1.850.364.698</u>	<u>1.849.747.602</u>

(\*) Atualizado considerando o efeito da alteração da relação entre as ações emitidas em nome da Companhia e os "American Depositary Shares" - ADS, em 2 de julho de 2007 (veja Nota 15).

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.



(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

30 de setembro de 2007 e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos

(Não auditado)

	Período de nove meses findo	
	em 30 de setembro de	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do período	10.326	10.040
Ajustes para conciliação do lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação, exaustão e amortização	3.816	2.616
Custos com poços secos	94	231
Perda na venda de imobilizado	170	224
Imposto de renda e contribuição social diferidos	681	(114)
Participação em resultados de empresas não consolidadas	(172)	(36)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	245	424
(Ganhos) / perdas cambiais e monetárias	527	723
Juros sobre provisão para abandono	72	-
Despesas / (Receitas) financeiras de operações de “ <i>hedge</i> ”	-	488
<b>Redução (aumento) no ativo:</b>		
Contas a receber, líquidas	(71)	(260)
Estoques	(641)	(877)
Impostos a recuperar	(940)	(219)
Adiantamentos a fornecedores	5	(103)
Outros	(199)	170
<b>Aumento (redução) no passivo:</b>		
Contas a pagar a fornecedores	452	673
Salários e encargos sociais	219	130
Impostos a pagar	26	495
Obrigações com benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Pensão	539	532
Obrigações com benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Plano de saúde	570	437
Outros passivos	200	(136)
<b>Caixa líquido gerado por atividades operacionais</b>	<u>15.919</u>	<u>15.438</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA (Continuação)  
30 de setembro de 2007 e 2006  
Em milhões de dólares norte-americanos  
(Não auditado)

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2007	2006
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao imobilizado	(14.005)	(9.598)
Títulos e valores mobiliários	(1.521)	235
Investimento no Grupo Ipiranga	(364)	-
Aquisição de empresas comerciais e de refino dos EUA	-	(416)
Outros	190	140
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(15.700)</b>	<b>(9.639)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Financiamentos de curto prazo, líquidos de captações e repagamentos	(555)	(379)
Captações de financiamentos a longo prazo	1.908	1.220
Pagamentos de principal sobre financiamentos de longo prazo	(2.670)	(2.617)
Captações de projetos estruturados	292	633
Pagamentos relativos a projetos estruturados	(1.395)	(680)
Pagamentos de obrigações de arrendamento mercantil	(299)	(238)
Dividendos pagos aos acionistas	(3.852)	(3.112)
Dividendos pagos a acionistas minoritários	(95)	(32)
<b>Caixa líquido utilizado em atividades de financiamento</b>	<b>(6.666)</b>	<b>(5.205)</b>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes a caixa	(6.447)	594
Efeito das variações cambiais sobre caixa e equivalentes a caixa	1.180	632
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	12.688	9.871
<b>Caixa e equivalentes a caixa no final do período</b>	<b>7.421</b>	<b>11.097</b>
<b>Informações suplementares do fluxo de caixa:</b>		
<b>Valores pagos durante o período para:</b>		
Juros	1.121	1.185
Imposto de renda e contribuição social	3.768	4.168
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	19	45

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

30 de setembro de 2007 e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos

(Não auditado)

	<b>Período de nove meses findo em</b>	
	<b>30 de setembro de</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Ações preferenciais</b>		
Saldo em 1º de janeiro	<b>7.718</b>	4.772
Aumento de capital com a reserva de lucros não distribuídos	<b>902</b>	2.939
Aumento de capital através da emissão de ações preferenciais	<b>-</b>	7
<b>Saldo em 30 de setembro</b>	<b>8.620</b>	7.718
<b>Ações ordinárias</b>		
Saldo em 1º de janeiro	<b>10.959</b>	6.929
Aumento de capital com a reserva de lucros não distribuídos	<b>1.237</b>	4.030
<b>Saldo em 30 de setembro</b>	<b>12.196</b>	10.959
<b>Reserva de capital - incentivos fiscais</b>		
Saldo em 1º de janeiro	<b>174</b>	159
Transferência de lucros acumulados não apropriados	<b>595</b>	12
<b>Saldo em 30 de setembro</b>	<b>769</b>	171
<b>Outros resultados negativos abrangentes acumulados</b>		
<b>Ajustes de conversão acumulados</b>		
Saldo em 1º de janeiro	<b>(6.202)</b>	(9.432)
Variação no período	<b>8.071</b>	2.482
<b>Saldo em 30 de setembro</b>	<b>1.869</b>	(6.950)
<b>Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos - Plano de pensão</b>		
Saldo em 1º de janeiro	<b>(2.052)</b>	(1.930)
Variação no período	<b>(766)</b>	(148)
<b>Saldo em 30 de setembro</b>	<b>(2.818)</b>	(2.078)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO  
LÍQUIDO (Continuação)  
30 de setembro de 2007 e 2006  
Em milhões de dólares norte-americanos  
(Não auditado)

---

	<b>Período de nove meses findo em 30 de setembro de</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos – plano de saúde</b>		
Saldo em 1º de janeiro	(987)	-
Varição no período	(160)	-
<b>Saldo em 30 de setembro</b>	<b>(1.147)</b>	<b>-</b>
<b>Ganhos a apropriar sobre títulos disponíveis para venda, líquidos de impostos</b>		
Saldo em 1º de janeiro	446	356
Ganhos (Perdas) a realizar	293	(26)
Efeito tributário	(100)	8
<b>Saldo em 30 de setembro</b>	<b>639</b>	<b>338</b>
<b>Perda não reconhecida em hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos</b>		
Saldo em 1º de janeiro	(2)	-
Varição no período	-	(3)
<b>Saldo em 30 de setembro</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)</b>
<b>Lucros acumulados apropriados</b>		
Reserva legal		
Saldo em 1º de janeiro	3.045	2.225
Transferência de lucros acumulados não apropriados, líquidos de ganho ou perda na conversão	495	170
<b>Saldo em 30 de setembro</b>	<b>3.540</b>	<b>2.395</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO  
LÍQUIDO (Continuação)  
30 de setembro e 2007 e 2006  
Em milhões de dólares norte-americanos  
(Não auditado)

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2007	2006
<b>Reserva de lucros a distribuir</b>		
Saldo em 1º de janeiro	20.074	17.439
Aumento de capital	(1.647)	(6.969)
Transferência de lucros acumulados não apropriados, líquidos de ganho ou perda na conversão	3.078	1.400
<b>Saldo em 30 de setembro</b>	<b>21.505</b>	<b>11.870</b>
<b>Reserva estatutária</b>		
Saldo em 1º de janeiro	585	431
Aumento de capital	(492)	-
Transferência de lucros acumulados não apropriados, líquidos de ganho ou perda na conversão	40	33
<b>Saldo em 30 de setembro</b>	<b>133</b>	<b>464</b>
<b>Total de lucros acumulados apropriados</b>	<b>25.178</b>	<b>14.729</b>
<b>Lucros acumulados a apropriar</b>		
Saldo em 1º de janeiro	10.541	11.968
Lucro líquido do período	10.326	10.040
Dividendos (2007 – US\$0,53 sobre as ações ordinárias e preferenciais; 2006 – US\$0,46 sobre as ações ordinárias e preferenciais)	-	(2.018)
Juros sobre capital próprio	(2.316)	-
Apropriação (para) reserva de incentivos fiscais	(595)	(12)
Apropriação (para) reservas	(3.613)	(1.603)
<b>Saldo em 30 de setembro</b>	<b>14.343</b>	<b>18.375</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>59.647</b>	<b>43.259</b>
<b>O lucro abrangente é composto como segue:</b>		
Lucro líquido do período	10.326	10.040
Ajustes acumulados de conversão	8.071	2.482
Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos - Plano de pensão	(766)	(148)
Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos - Plano de saúde	(160)	-
Ganhos a realizar sobre títulos disponíveis para venda	193	(18)
Perda não reconhecida no “hedge” de fluxo de caixa	(2)	(3)
<b>Lucro abrangente total</b>	<b>17.662</b>	<b>12.353</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **1. Base de Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis consolidadas não auditadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (a Companhia) foram elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP) e com as normas e regulamentações promulgadas pela Comissão Norte-Americana de Valores Mobiliários e Câmbio (“*Securities and Exchange Commission*” - SEC) aplicáveis às demonstrações contábeis interinas. Assim, estas demonstrações contábeis não apresentam todas as informações e notas explicativas exigidas pelos princípios contábeis geralmente aceitos para demonstrações contábeis completas. Estas demonstrações contábeis consolidadas não auditadas e suas respectivas notas explicativas devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e as respectivas notas explicativas.

Embora tenha sido originado das demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de 2006, o balanço patrimonial levantado naquela data não apresenta todas as informações e notas explicativas exigidas pelos princípios contábeis geralmente aceitos para demonstrações contábeis completas.

As demonstrações contábeis consolidadas em 30 de setembro de 2007 e para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2007 e 2006, incluídas neste relatório, não foram auditadas. Entretanto, a Administração acredita que tais demonstrações contábeis consolidadas refletem todos os ajustes recorrentes necessários a uma adequada apresentação. Os resultados apresentados em períodos interinos não indicam necessariamente uma tendência de resultados a serem esperados para o exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2007.

A elaboração destas demonstrações contábeis exige a adoção de estimativas e premissas que afetam a determinação dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgados nas demonstrações contábeis, bem como os valores apresentados nas respectivas notas explicativas.

Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para fins de adequação às demonstrações do período atual. Estas reclassificações não afetaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido da Companhia.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **1. Base de Apresentação das Demonstrações Contábeis (Continuação)**

De acordo com a Norma 436 (c) da Lei de Valores Mobiliários Norte-americana (“*Securities Act*”) de 1933, este documento não se trata de um “relatório” e não deve ser considerado como parte de qualquer demonstração para fins de arquivamento e que tenha sido preparado ou certificado segundo os termos dos artigos 7 e 11 da referida Lei. Portanto, a responsabilidade dos auditores independentes segundo o artigo 11 da Lei não se aplica às informações aqui apresentadas.

### **2. Práticas Contábeis Adotadas Recentemente**

#### **a) Interpretação FASB No. 48, Contabilização para Incertezas no Imposto de Renda, uma Interpretação do Pronunciamento FASB 109 (FIN 48)**

Em julho de 2006, o FASB divulgou a FIN 48, que passou a vigorar efetivamente em 1º de janeiro de 2007 (veja Nota 4).

### **3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos**

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nas taxas de juros, nas taxas cambiais ou nos preços das “*commodities*” possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou os fluxos de caixa e lucros futuros da Companhia. A Companhia mantém uma política global de gerenciamento de riscos que vem se desenvolvendo sob a gestão de seus diretores.

A Companhia pode utilizar instrumentos derivativos e não-derivativos para implementar sua estratégia global de gerenciamento de riscos. Entretanto, ao utilizar instrumentos derivativos, a Companhia se expõe aos riscos de crédito e de mercado. Riscos de crédito consistem no não cumprimento dos termos do contrato derivativo por uma contraparte. Risco de mercado é o possível efeito adverso sobre o valor de um ativo ou passivo, incluindo instrumentos financeiros, que resultam de uma alteração nas taxas de juros, nas taxas cambiais ou nos preços das “*commodities*”. A Companhia monitora os riscos de crédito limitando as contrapartes de instrumentos financeiros derivativos às instituições financeiras de primeira linha. Os riscos de mercado são gerenciados pelos diretores da Companhia. A Companhia não mantém nem tampouco emite instrumentos financeiros para fins comerciais.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

### 3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos (Continuação)

#### a) Gerenciamento de riscos cambiais

A estratégia adotada pela Companhia para o gerenciamento de risco de moeda estrangeira pode envolver o uso de instrumentos derivativos para reduzir sua exposição à volatilidade das taxas de câmbio, que podem impactar o valor de algumas de suas obrigações. O quadro a seguir contém dados sobre nossos contratos de derivativos de câmbio.

Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Valor de mercado	
		30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
<b>Vencimento em 2007</b>			
<b>“Zero Cost Collar”</b>	192	35	21
Taxas contratuais (EUR/US\$)			
Pagamentos de juros			
Piso / Teto	0,94 / 1,18		
Pagamentos finais do principal			
Piso/Teto	1,0725 / 1,18		
Termo			
Venda US\$/Pagto R\$	50	2	1
Taxa de câmbio média contratual	1,945		
Venda US\$/Pagto ARS	10	-	2
Taxa de câmbio média contratual	3,25		
	<u>252</u>	<u>37</u>	<u>24</u>

#### “Hedge” de fluxo de caixa

Em setembro de 2006, PifCo contratou um “swap” de divisas pelo qual a mesma converteu os pagamentos de principal e juros de financiamentos em Ienes para valores em Dólares norte-americanos. A avaliação da eficácia deste “hedge” indica que a alteração no valor de mercado do instrumento de “hedge” em questão foi altamente eficaz.



(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### 3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos (Continuação)

#### a) Gerenciamento de riscos cambiais (Continuação)

“Swaps” de Divisas	Valor Nominal (Milhões de Ienes)	Valor de mercado	
		30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
<b>Vencimento em 2016</b>			
Fixo a Fixo			
Taxa Média Pagamento (US\$) 5,69%	35.000	5	(9)
Taxa Média Recebimento (Ienes) 2,15%			
Total	<u>35.000</u>	<u>5</u>	<u>(9)</u>

#### b) Gerenciamento de risco dos preços de “*commodities*”

Petróleo e derivados

A Companhia está exposta a riscos dos preços de “*commodities*” devido à flutuação dos preços de petróleo bruto e derivados de petróleo. As operações para reduzir a exposição da Companhia aos riscos de preços de “*commodities*” consistem basicamente de contratos de futuros negociados em bolsas de valores e de opções e “*swaps*” firmados com instituições financeiras de primeira linha. Os contratos de futuros envolvem compras e vendas antecipadas de petróleo bruto, geralmente para períodos de 30 a 360 dias, de forma a reduzir a exposição da Companhia à volatilidade dos preços de “*commodities*”.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos (Continuação)**

#### **b) Gerenciamento de risco dos preços de “commodities”(Continuação)**

Petróleo e derivados (Continuação)

A exposição da Companhia nesses contratos está limitada à diferença entre o valor do contrato e o valor de mercado sobre os volumes contratados. Os contratos futuros relativos a petróleo bruto possuem marcação a mercado e os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do período corrente independentemente do momento em que ocorrem as vendas físicas do óleo bruto. Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2007 e 2006, a Companhia efetuou operações de “*hedge*” econômico para 46,8% e 23,5%, respectivamente, do volume total comercializado (importações e exportações).

As posições em aberto nos mercados futuros, comparadas com o valor de mercado à vista, resultaram em uma perda reconhecida de US\$9 e um ganho de US\$41 durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2007 e 2006, respectivamente.

#### **c) Gerenciamento de risco de taxa de juros**

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é decorrente de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de sua dívida de curto prazo. A dívida da Companhia referente às taxas de juros flutuantes em moeda estrangeira está sujeita principalmente às flutuações da LIBOR e a dívida referente às taxas de juros flutuantes expressa em Reais está sujeita principalmente às flutuações da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos (Continuação)**

#### **d) Instrumento derivativo utilizado em operações de gás natural**

No tocante ao contrato de longo prazo para a compra de gás (“*The Gas Supply Agreement*” - GSA) que visa ao abastecimento de usinas termelétricas e a outros usos no Brasil, a Companhia firmou, com a Empresa Petrolera ANDINA, uma produtora de gás na Bolívia, um contrato que se caracteriza como um instrumento financeiro derivativo de acordo com o Pronunciamento SFAS 133. Este contrato, o Contrato de Redução da Volatilidade de Preços do Gás Natural (“*Natural Gas Price Volatility Reduction Contract*” - “PVRC”), teve por objetivo reduzir os efeitos da volatilidade do preço relativo ao GSA.

Os termos do PVRC incluíam um limitador de preço (“collar”) para o período de 2005 a 2019 em que a Companhia recebe pagamentos da contraparte quando o valor apurado ultrapassa o teto estabelecido e efetua pagamentos à contraparte quando o valor apurado encontra-se abaixo do piso estabelecido, sem a existência de pagamentos quando o preço se mantém entre o máximo e mínimo.

Em virtude da Lei dos Hidrocarbonetos da Bolívia (veja Nota 18), a outra parte envolvida no contrato PVRC contestou o contrato, alegando, entre outros motivos, força maior e ônus excessivo. Como resultado a Companhia ajustou ao valor justo os ativos e passivos relativos ao PVRC por meio do reconhecimento de despesas financeiras de US\$328 durante o primeiro trimestre de 2006 em consequência do aumento dos impostos na Bolívia.

Em 12 de agosto de 2006, as partes concordaram em cancelar o PVRC. Como consequência, em 14 de agosto de 2006, a Companhia recebeu US\$41, baixou as contas a receber relativas ao PVRC no montante de US\$77 e baixou o ativo remanescente ao valor justo de US\$94, em decorrência do cancelamento do contrato.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **4. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Impostos de renda no Brasil compreendem imposto de renda federal e contribuição social, que é um imposto de renda federal adicional. As alíquotas fiscais estatutárias sancionadas para imposto de renda e contribuição social foram de 25% e 9%, respectivamente para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2007 e 2006.

A receita tributável da Companhia é substancialmente gerada no Brasil e está portanto sujeita à alíquota fiscal estatutária brasileira.

Em julho de 2006, a Junta de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) emitiu a Interpretação da FASB N° 48, “Contabilização para Incertezas no Imposto de Renda, uma interpretação do Pronunciamento FASB N° 109” (FIN 48). Essa Interpretação estabelece diretrizes sobre reconhecimento, classificação e divulgação relacionadas a posições fiscais incertas. Uma posição fiscal incerta deve ser reconhecida quando a probabilidade de sustentação for mais provável do que não quando examinada pela autoridade fiscal. A Companhia adotou essa Interpretação efetivamente em 1° de janeiro de 2007. A adoção não teve impacto significativo sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras.

A Companhia e suas subsidiárias arquivam declarações de Imposto de Renda na jurisdição brasileira e em diversas jurisdições estrangeiras. As fiscalizações nas jurisdições mais importantes foram geralmente finalizadas até 2001. A Companhia classifica os juros sobre imposto de renda como despesa ou receita de juros e as multas como despesas operacionais. Em 1° de janeiro de 2007, a Companhia não possuía nenhuma provisão significativa de juros e multas a pagar.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 4. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)

A tabela a seguir reconcilia o imposto calculado com base em alíquotas fiscais estatutárias à despesa com imposto de renda registrada nessas demonstrações contábeis consolidadas:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2007	2006
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da participação minoritária		
Brasil	14.422	14.475
Internacional	340	638
	<u>14.762</u>	<u>15.113</u>
Despesa de imposto de renda às alíquotas oficiais - (34%)	(5.019)	(5.138)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Benefícios pós-aposentadoria e plano de saúde não dedutíveis	(224)	(162)
Benefício fiscal dos juros sobre capital próprio (veja Nota 15)	788	683
Incentivo fiscal (1)	587	-
Resultado das subsidiárias internacionais	(199)	(52)
Outros	(124)	20
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração consolidada do resultado	<u>(4.191)</u>	<u>(4.649)</u>

(1) Se refere aos incentivos no Nordeste, no âmbito da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), que concedem uma redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas. Até 30 de setembro de 2007, esse incentivo totalizava US\$587 e foi contabilizado pelo método de alocação integral no resultado (“*flow through method*”).

Em 10 de maio de 2007, a Receita Federal do Brasil reconheceu o direito da Petrobras reduzir esse incentivo do imposto de renda devido, compreendendo os períodos-base de 2006 até 2015.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **4. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)**

A tabela a seguir demonstra as despesas (benefícios) com imposto de renda e contribuição social nacional e internacional registradas nestas demonstrações contábeis consolidadas:

	<b>Período de nove meses findo</b>	
	<b>em 30 de setembro de</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Despesa com imposto de renda conforme demonstração consolidada de resultado		
Brasil		
Corrente	<b>(3.346)</b>	(4.522)
Diferido	<b>(627)</b>	110
	<b>(3.973)</b>	(4.412)
Internacional		
Corrente	<b>(164)</b>	(241)
Diferido	<b>(54)</b>	4
	<b>(218)</b>	(237)
	<b>(4.191)</b>	(4.649)

Os valores lançados dos impostos diferidos foram gerados basicamente através de operações realizadas no Brasil, não havendo valores expressivos de impostos diferidos das operações internacionais. Não houve a compensação de impostos entre as sedes internacionais.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **4. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)**

Os principais elementos das contas do imposto de renda diferido no balanço patrimonial consolidado são:

	<u>30 de setembro de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
<b>Ativo circulante</b>		
Estoques	11	101
Obrigações com leasing	(6)	53
Provisão para participação nos lucros	161	159
Benefícios pós-aposentadoria dos funcionários	116	65
Outras diferenças temporárias	343	295
	<u>625</u>	<u>673</u>
<b>Passivo circulante</b>		
Outras diferenças temporárias	(7)	(28)
	<u>(7)</u>	<u>(28)</u>
<b>Ativo fiscal líquido diferido de curto prazo</b>	<u>618</u>	645
<b>Passivo fiscal diferido de curto prazo</b>	<u>(7)</u>	(8)
<b>Ativo fiscal diferido de curto prazo</b>	<u>625</u>	<u>653</u>

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### **4. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)**

	<u>30 de setembro de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
<b>Ativo de longo prazo</b>		
Benefícios pós-aposentadoria dos funcionários, líquido dos Ajustes acumulados das reservas de benefícios pós-aposentadoria	2.263	2,101
Encargos diferidos	148	159
Prejuízos fiscais a compensar	700	514
Investimentos	122	53
Obrigações de arrendamento mercantil	47	51
Reavaliação dos estoques	39	37
Derivativos	13	11
Provisão para devedores duvidosos	59	47
Provisão para contingências	80	67
Financiamentos de projetos	232	95
Outras diferenças temporárias não significativas individualmente	377	328
Provisão para perdas no valor de realização	(381)	(426)
	<u>3.699</u>	<u>3.037</u>
<b>Passivo de longo prazo</b>		
Custos de exploração e desenvolvimento capitalizados	(5.342)	(4.041)
Imobilizado	(1.447)	(1.140)
”Hedge”	(26)	(21)
Investimentos	(110)	(88)
Efeito fiscal sobre perdas não realizadas de investimentos disponíveis para venda	(242)	(186)
Outras diferenças temporárias de pouca expressão unitária	(410)	(416)
	<u>(7.577)</u>	<u>(5.892)</u>
Imposto diferido passivo de longo prazo, líquido	<u>(3.878)</u>	<u>(2.855)</u>
Imposto diferido ativo de longo prazo	<u>5</u>	<u>61</u>
Imposto diferido passivo de longo prazo	(3.883)	(2.916)
Imposto diferido passivo líquido	<u>(3.260)</u>	<u>(2.210)</u>



(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
Em milhões de dólares norte-americanos  
(Exceto quando especificamente indicado)  
(Não auditado)

---

### **5. Caixa e Equivalentes a Caixa**

	<b>30 de setembro de 2007</b>	<b>31 de dezembro de 2006</b>
Caixa e Bancos	1.225	1.692
Investimentos em reais (1)	1.428	4.072
Investimentos em dólares norte-americanos (2)	4.768	6.924
	<u>7.421</u>	<u>12.688</u>

(1) Composto basicamente por títulos públicos federais de liquidez imediata e os títulos estão vinculados à cotação do dólar norte-americano ou ao rendimentos dos Depósitos Interbancários - DI.

(2) Composto principalmente por Depósitos a Prazo e investimentos de renda fixa.

### **6. Títulos e Valores Mobiliários**

	<b>30 de setembro de 2007</b>	<b>31 de dezembro de 2006</b>
Classificação dos títulos e valores mobiliários:		
Disponíveis para venda	<b>1.864</b>	185
Para negociação	<b>168</b>	112
Mantidos até o vencimento	<b>128</b>	143
Outros	<b>3</b>	-
	<u>2.163</u>	<u>440</u>
Menos: Parcela circulante dos títulos e valores mobiliários	<u>(267)</u>	<u>(346)</u>
Parcela de longo prazo das aplicações de liquidez imediata	<u><b>1.896</b></u>	<u>94</u>

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **6. Títulos e Valores Mobiliários (Continuação)**

Os títulos e valores mobiliários são compostos principalmente por valores investidos pela Companhia em um fundo exclusivo, excluindo os títulos próprios da Companhia, que são considerados recomprados. O fundo exclusivo é consolidado, e os títulos de dívida e patrimoniais da carteira são classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda segundo o SFAS 115, de acordo com a intenção da administração. Os títulos para negociação compõem-se principalmente de títulos nacionais comprados e vendidos freqüentemente com o objetivo de criar margens de curto prazo para alterações nos preços de mercado. Os títulos disponíveis para venda compõem-se principalmente de contratos de Títulos de Crédito Líquido (LCN) e outros papéis que a Companhia não espera negociar ativamente. Títulos para negociação são apresentados como ativo circulante devido à expectativa de utilização no curto prazo, a fim de fazer face a necessidades de caixa. Os títulos disponíveis para venda são apresentados como “outros ativos”, uma vez que não se espera vendê-los ou liquidá-los nos próximos doze meses.

Em de 30 de setembro de 2007 a Petrobras possuía um saldo de US\$1.588 relativo a Notas do Tesouro Nacional da série B, as quais foram contabilizadas como títulos disponíveis para venda de acordo com a SFAS 115. As Notas do Tesouro Nacional da série B serão utilizadas no futuro a título de garantia dos acordos de longo prazo celebrados com a Petros, plano de pensão da Petrobras (veja Nota 14). O valor nominal das NTN-Bs é reajustado com base nas variações do IPCA. As datas de vencimento destas Notas vão de 2024 a 2035 e os cupons relativos aos juros serão pagos semestralmente com base nas taxas estabelecidas para as operações de compra, variando de 6,12% a 7,13% ao ano.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
Em milhões de dólares norte-americanos  
(Exceto quando especificamente indicado)  
(Não auditado)

---

### 7. Estoques

	<u>30 de setembro de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Produtos		
Derivados de petróleo	2.698	2.220
Álcool combustível	155	160
	<u>2.853</u>	<u>2.380</u>
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto	3.403	2.989
Materiais e suprimentos	1.966	1.274
Outros	252	140
	<u>8.474</u>	<u>6.783</u>
Estoque circulante	<u>8.277</u>	<u>6.573</u>
Estoque de longo prazo	<u>197</u>	<u>210</u>

### 8. Impostos a recuperar

Os impostos sociais a recuperar consistem no seguinte:

	<u>30 de setembro de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Local:		
ICMS (1)	2.282	1.980
Imposto de renda e contribuição social	472	518
PASEP/COFINS (2)	2.035	1.124
Imposto sobre o valor adicionado no exterior (IVA)	99	108
Outros impostos a recuperar	478	155
	<u>5.366</u>	<u>3.885</u>
Menos: Impostos a recuperar a longo prazo	<u>(2.087)</u>	<u>(1.292)</u>
Impostos a recuperar a curto prazo	<u>3.279</u>	<u>2.593</u>

(1) O ICMS inclui créditos gerados pelas operações comerciais e pela aquisição de imobilizado, podendo ser compensado com impostos da mesma natureza.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **8. Impostos a recuperar (Continuação)**

- (2) O PASEP e COFINS são contribuições sociais, incidentes sobre as vendas de produtos e serviços e sobre as receitas financeiras.

Tais contribuições e o ICMS não são cumulativos, sendo que os valores pagos relativos a estes tributos na aquisição de produtos e/ou serviços podem ser compensados quando da venda de tais produtos e serviços, ou seja, ocorre um crédito fiscal por ocasião da compra, o qual será compensado por ocasião da venda ao consumidor final.

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar serão compensados com lucros tributáveis futuros.

A Petrobras espera recuperar integralmente estes impostos, e portanto nenhuma provisão foi constituída.

### **9. Conta Petróleo e Álcool - Créditos junto ao Governo Federal**

O quadro abaixo resume as movimentações na Conta Petróleo e Álcool no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2007:

	<u>Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2007</u>
Saldo inicial	368
Receita financeira	5
Ganho na conversão	<u>60</u>
Saldo final	<u><u>433</u></u>

A Petrobras após ter fornecido todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, está em articulação com esta Secretaria buscando equalizar as divergências ainda existentes entre as partes, para concluir o encontro de contas, de acordo com o previsto na Medida Provisória Nº 2.181, de 24 de agosto de 2001.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **9. Conta Petróleo e Álcool - Créditos junto ao Governo Federal (Continuação)**

O saldo remanescente da Conta Petróleo e Álcool poderá ser pago da seguinte forma: (1) Títulos do Tesouro Nacional emitidos no mesmo valor que o do saldo final da Conta Petróleo e Álcool; (2) compensação do saldo da Conta Petróleo e Álcool com quaisquer outros valores que possam ser devidos pela Companhia ao Governo Federal, incluindo impostos; ou (3) uma combinação das opções acima.

#### **10. Financiamentos**

##### **a) Financiamentos de curto prazo**

Os financiamentos de curto prazo da Companhia foram obtidos principalmente de bancos comerciais e incluem financiamento de importações e exportações em dólares norte-americanos, apresentados como segue:

	<u>30 de setembro de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Importações - petróleo e equipamentos	52	148
Capital de giro	<u>792</u>	<u>1.145</u>
	<u><u>844</u></u>	<u><u>1.293</u></u>

A média ponderada das taxas de juros anuais dos empréstimos de curto prazo em aberto, em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, era de 4,01% e de 4,68%, respectivamente.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 10. Financiamentos (Continuação)

##### b) Financiamentos de longo prazo

- Composição

	<u>30 de setembro de 2007</u>	<u>31 dezembro de 2006</u>
Moeda estrangeira		
Notas	3.338	4.217
Instituições financeiras	4.713	3.550
Securitização de recebíveis	631	680
Créditos junto a fornecedores	1.001	1.215
Senior Notes negociáveis	330	330
Ativos relacionados ao programa de exportação a serem compensados com a venda de recebíveis futuros	(150)	(150)
Títulos recomprados (1)	-	(19)
	<u>9.863</u>	<u>9.823</u>
Moeda local		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES (companhia estatal)	631	865
Debêntures:		
BNDES (companhia estatal)	698	626
Outros bancos	1.322	1.093
Outros	183	209
	<u>2.834</u>	<u>2.793</u>
Total	12.697	12.616
Parcela circulante dos financiamentos de longo prazo	<u>(2.081)</u>	<u>(2.106)</u>
	<u>10.616</u>	<u>10.510</u>

(1) Em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía saldos investidos no exterior em um fundo exclusivo, o qual detinha títulos de algumas companhias do grupo Petrobras e de algumas SPE's consolidadas pela Companhia de acordo com a FIN 46(R), no valor total de US\$909 e US\$982, respectivamente. Esses títulos são considerados extintos e os respectivos valores, acrescidos de juros, foram excluídos do saldo de títulos e valores mobiliários e financiamentos de longo prazo, no total de zero (US\$19 em 31 de dezembro de 2006), e de projetos estruturados de US\$909 (US\$963 em 31 de dezembro de 2006) (veja também a Nota 12). Os ganhos e perdas na extinção de títulos são reconhecidos quando incorridos. As posteriores re-emissões dos títulos por valores superiores ou inferiores ao seu valor de face são registradas como prêmios ou descontos e são amortizadas pelo prazo de vigência dos títulos. A Petrobras reconheceu despesas na extinção da dívida no valor de US\$160 durante o período findo em 30 de setembro de 2006. No que tange à Oferta de Permuta ocorrida em 7 de fevereiro de 2007 (veja Global Notes PifCo), PifCo pagou US\$56 com relação à quantia acima do valor nominal dos Títulos antigos permutados. Tal quantia possuía relação com os Títulos novos, tendo sido amortizada de acordo com o método de juros efetivos. Em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía um saldo em aberto de prêmios líquidos de reemissão que totalizava US\$28 e US\$45, respectivamente.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **10. Financiamentos (Continuação)**

#### **b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)**

- Composição dos financiamentos no exterior por moeda

	<u>30 de setembro de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Moeda		
Dólar norte-americano	8.922	8.928
Iene japonês	604	626
Euro	275	269
Outros	62	-
	<u>9.863</u>	<u>9.823</u>

- Vencimentos do principal dos financiamentos de longo prazo

Em 30 de setembro de 2007, os vencimentos das parcelas de longo prazo podem ser apresentados como segue:

2008	467
2009	980
2010	1.877
2011	1.138
2012	1.539
2013 em diante	<u>4.615</u>
	<u>10.616</u>

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **10. Financiamentos (Continuação)**

##### **b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)**

- Composição dos financiamentos de longo prazo por taxa de juros anuais

Os financiamentos de longo prazo estão sujeitos às seguintes taxas de juros anuais:

	<b>30 de setembro de 2007</b>	<b>31 de dezembro de 2006</b>
No exterior		
6% ou menos	<b>2.976</b>	2.373
De 6% a 8%	<b>4.463</b>	3.805
De 8% a 10%	<b>2.251</b>	3.321
De 10% a 15%	<b>173</b>	324
	<b>9.863</b>	9.823
No país		
6% ou menos	<b>472</b>	470
De 6% a 8%	-	167
De 8% a 10%	<b>904</b>	858
De 10% a 15%	<b>1.458</b>	1.298
	<b>2.834</b>	2.793
	<b>12.697</b>	12.616

#### Global Notes - PifCo

A subsidiária Petrobras International Finance Company - PifCo concluiu oferta de troca de títulos, com liquidação da operação, em 07 de fevereiro de 2007. Como resultado, a PifCo recebeu e aceitou ofertas no montante de US\$399 (valor de face). Os títulos antigos recebidos na troca foram cancelados na mesma data e, como resultado, a PifCo emitiu, na data de liquidação da operação, novos títulos com vencimento em 2016 e cupom de 6,125% a.a., no valor de US\$399, os quais constituem uma emissão única e fungível com os US\$500 lançados em 6 de outubro de 2006, totalizando US\$899 em títulos da emissão com vencimento em 2016. A PifCo também pagou aos investidores o montante equivalente a US\$56 como resultado da oferta para troca dos títulos. A transação foi tratada como uma troca para fins de demonstrações contábeis e dessa maneira, os US\$56 serão amortizados como despesa de juros ao longo da vida útil dos novos títulos de acordo com o método de juros efetivos.



(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **10. Financiamentos (Continuação)**

#### **b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)**

Títulos - Pesa

Em 7 de maio de 2007, a Petrobras Energia S.A. (Pesa), empresa indiretamente controlada pela Petrobras, emitiu títulos no valor total de US\$300 com prazo de 10 anos e 5,875% a.a. de juros. Os juros serão pagos semestralmente, e o principal em uma única parcela no vencimento. A emissão foi realizada nos mercados argentino e internacional.

Empréstimo para Petrobras Netherlands BV (PNBV)

Em 12 de setembro de 2007 a subsidiária Petrobras Netherlands BV (PNBV) celebrou um contrato de financiamento com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) no valor de US\$200, a juros de 5,94% ao ano e prazo de quatro anos.

Ademais, a PNBV contratou uma linha de crédito com o Banco Santander Overseas Bank, Inc. - SANTANDER de até US\$300. Seu prazo é de um ano, podendo ser prorrogado por até dois anos por seu valor integral, ou parcialmente pelo prazo total de seis anos. A taxa de juros contratual é de 5,30% ao ano.

### **11. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas**

As receitas financeiras, despesas financeiras e as variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos monetários, líquidas, apropriadas ao resultado dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2007 e 2006, estão demonstradas abaixo:

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

### **11. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas (Continuação)**

	<b>Período de nove meses findo em</b>	
	<b>30 de setembro de</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Despesas financeiras		
Empréstimos e financiamentos	<b>(798)</b>	(868)
Juros capitalizados	<b>967</b>	724
Projetos estruturados	<b>(443)</b>	(386)
Arrendamento mercantil	<b>(62)</b>	(79)
Perdas em recompra de títulos	<b>(29)</b>	(160)
Perdas sobre instrumentos derivativos	<b>(100)</b>	(499)
Outras	<b>(110)</b>	(146)
	<b>(575)</b>	(1.414)
Receitas financeiras		
Investimentos	<b>465</b>	466
Clientes	<b>58</b>	154
Títulos governamentais	<b>36</b>	70
Adiantamentos a fornecedores	<b>19</b>	21
Outras	<b>257</b>	219
	<b>835</b>	930
Variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos monetários, líquidas	<b>(630)</b>	107
	<b>(370)</b>	(377)

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **12. Projetos Estruturados**

Desde 1997, a Companhia vem estabelecendo parcerias operacionais com o objetivo de prover recursos para o desenvolvimento contínuo de suas atividades de exploração e produção e projetos correlatos.

As sociedades de propósitos específicos (SPEs) associadas a atividades de projetos estruturados são consolidadas com base na FIN 46(R) e as obrigações relativas aos projetos estruturados representam a dívida das SPEs consolidadas obtidas de financiadores.

Sob esses contratos, a Companhia é responsável por concluir o desenvolvimento dos campos de petróleo e gás, operá-los, arcar com todas as despesas operacionais referentes aos projetos e utilizar parte da receita líquida gerada pelos campos para financiar as dívidas das SPE's e para pagamento do retorno sobre o patrimônio. Ao término de cada financiamento de projeto, a Companhia poderá comprar os ativos arrendados ou transferidos das sociedades de propósito específico consolidadas constituídas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 12. Projetos Estruturados (Continuação)

As obrigações relativas aos projetos em andamento, em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, estão descritas resumidamente a seguir:

	<u>30 de setembro de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Barracuda/Caratinga	1.104	1.405
Transportadora Gasene	1.054	617
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos – CLEP	909	963
Charter Development - CDC (1)	892	876
PDET Offshore S.A.	875	662
Codajás (2)	809	411
Cabiúnas	657	683
Cia. de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais – CDMPI	411	175
Nova Marlim	166	142
Nova Transportadora do Sudeste - NTS (3)	-	543
Nova Transportadora do Nordeste - NTN (3)	-	449
Espadarte/Voador/Marimbá (EVM) (4)	-	282
Outros	125	129
Títulos recomprados (5)	(909)	(963)
	<u>6.093</u>	<u>6.374</u>
Parcela circulante dos projetos estruturados	<u>(2.307)</u>	<u>(2.182)</u>
Parcela de curto prazo de financiamentos de projeto	<u>3.786</u>	<u>4.192</u>

(1) Charter Development - CDC é responsável por Marlim Leste (Projeto P-53).

(2) Codajás consolida a Transportadora Urucu - Manaus S.A., que é responsável pelo Projeto Amazônia.

(3) A Nova Transportadora do Sudeste – NTS e a Nova Transportadora do Nordeste – NTN participam do consórcio responsável pelo Projeto Malhas. PifCo, uma subsidiária integral, antecipou o pagamento das obrigações relativas a estes projetos.

(4) Concluiu-se o projeto EVM no decorrer de 2007, saldando-se a obrigação.

(5) Em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía saldos investidos no exterior em um fundo exclusivo. Esses títulos são considerados extintos e os respectivos valores, acrescidos de juros, foram excluídos do saldo de títulos e valores mobiliários e financiamentos (veja também as Notas 6 e 10).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **12. Projetos Estruturados (Continuação)**

A Companhia recebeu adiantamentos no montante de US\$324, que estão registrados como obrigações com projetos estruturados e são relacionados a ativos atrelados a contratos com os investidores, incluídos no saldo do ativo imobilizado. Esses ativos e obrigações estão registrados pelo valor bruto, uma vez que a obrigação somente pode ser liquidada através da entrega do ativo totalmente construído. Em 30 de setembro de 2007, as parcelas de longo prazo relativas aos projetos estruturados possuem os seguintes vencimentos:

2008	<b>741</b>
2009	<b>1.403</b>
2010	<b>493</b>
2011	<b>186</b>
2012	<b>163</b>
2013 em diante	<b>800</b>
	<b><u>3.786</u></b>

#### **Exercício de opção de compra das ações da EVM Leasing Co.**

Em 18 de junho de 2007, a Braspetro Oil Company (BOC), subsidiária integral da Petrobras, exerceu por US\$123 a opção de compra da totalidade das ações da EVM Leasing Co. (EVM), proprietária dos bens financiados, junto aos investidores e financiadores do projeto estruturado EVM, tendo em vista a conclusão da estrutura financeira e liquidação das demais obrigações contratuais do projeto pela Petrobras.

Considerando que a participação variável da Companhia na EVM Leasing Company estava sob contabilização de acordo com o FIN 46(R), a aquisição da participação de 2007 não causou impacto expressivo nos registros contábeis consolidados da Petrobras.

#### **13. Arrendamento Mercantil**

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil para algumas plataformas marítimas e navios que são registrados como arrendamento mercantil. Em 30 de setembro de 2007, o valor contábil líquido dos ativos arrendados era de US\$893 (US\$970 em 31 de dezembro de 2006).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### **13. Arrendamento Mercantil (Continuação)**

Em 30 de setembro de 2007, os pagamentos mínimos futuros desses contratos de arrendamento são os seguintes:

2007	80
2008	277
2009	248
2010	194
2011	81
2012	25
2013 em diante	-
Provisão de pagamentos futuros de arrendamentos	<u>905</u>
Menos montante representando juros anuais de 6,2% a 12,0%	<u>(140)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	765
Menos parcela circulante de obrigações de arrendamento mercantil	<u>(241)</u>
Parcela de longo prazo de obrigações de arrendamento mercantil	<u>524</u>

#### **14. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios**

A Companhia patrocina um plano de pensão de benefício definido para praticamente todos seus funcionários e proporciona certos benefícios de saúde para um número de funcionários ativos e inativos. Em 2006, a Companhia efetuou contribuições para os planos de pensão e saúde no montante de US\$362.

Os saldos relacionados a benefícios pós-aposentadoria estão representados a seguir:

	Em			
	<u>30 de setembro de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>		
	<u>Plano de Pensão</u>	<u>Plano de Saúde</u>	<u>Plano de Pensão</u>	<u>Plano de Saúde</u>
Passivo circulante	249	-	198	-
Exigível a longo-prazo	<u>6.460</u>	<u>6.847</u>	4.645	5.433
Obrigações com benefícios pós-aposentadoria projetados	<u>6.709</u>	<u>6.847</u>	4.843	5.433
Outros resultados abrangentes acumulados	<u>4.269</u>	<u>1.738</u>	3.110	1.495
Efeito tributário	<u>(1.451)</u>	<u>(591)</u>	(1.058)	(508)
Saldo líquido registrado no patrimônio líquido	<u>2.818</u>	<u>1.147</u>	<u>2.052</u>	<u>987</u>

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 14. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios (Continuação)

O custo periódico de pensão líquido inclui os seguintes componentes:

	Em 30 de setembro de			
	2007		2006	
	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde
Custo dos serviços-benefícios incorridos durante o período	168	74	131	60
Juros sobre obrigações estimadas com benefícios	1.475	460	1.279	444
Retorno estimado sobre os ativos do plano	(1.093)	-	(850)	-
Amortização da perda/(ganho) líquida (o)	112	60	237	68
Amortização de custo de serviço anterior	16	54	-	-
	<u>678</u>	<u>648</u>	<u>797</u>	<u>572</u>
Contribuições por parte dos funcionários	<u>(127)</u>	<u>-</u>	<u>(100)</u>	<u>-</u>
Custo de benefício periódico, líquido	<u>551</u>	<u>648</u>	<u>697</u>	<u>572</u>

O plano Petros está fechado aos novos funcionários do sistema Petrobras desde setembro de 2002, sendo que a partir de 1º de julho de 2007 a Companhia implantou um novo plano de previdência privada, o Plano Petros 2.

A Companhia vem avaliando e negociando alternativas para a quitação de déficits atuariais.

Em 19 de abril de 2006, a Companhia, visando chegar a um acordo com relação a seu Plano de Previdência Complementar, apresentou aos participantes empregados e assistidos uma proposta para trazer equilíbrio ao atual Plano Petros e a implementação de um novo plano, denominado Plano Petros 2.

A execução da proposta apresentada pela Diretoria Executiva da Companhia estava sujeita a um conjunto de condições, incluindo a renegociação do Regulamento do Plano Petros, com relação aos meios de reajustar os benefícios e pensões, considerando um índice significativo de adesão individual de empregados e dependentes.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **14. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios (Continuação)**

A meta para o número mínimo de adesão à repactuação foi estabelecida em 2/3 (dois-terços) dos participantes e o prazo final para eles fazerem sua escolha foi 28 de fevereiro de 2007. A meta foi cumprida e a proposta apresentada pela Companhia tornou-se efetiva, alterando duas condições do plano: i) os aumentos de salário dos funcionários ativos não serão base para reajustamento dos benefícios dos aposentados, os quais serão reajustados pelo indexador de inflação (IPCA); e ii) eventuais reduções nas pensões geradas pelo INSS não serão absorvidas pelo Plano Petros.

Em contrapartida pela aceitação da repactuação, os funcionários, aposentados e pensionistas receberam o incentivo financeiro de US\$523 que foi registrado como componente de “Outras despesas operacionais”.

Em 17 de agosto de 2007 a Diretoria da Companhia aprovou alterações no regulamento do Plano Petros, relativas à proposta apresentada no dia 19 de abril de 2006, que não afetarão materialmente as obrigações por benefícios projetadas. A Diretoria também aprovou mudanças no regulamento do Plano para incluir premissas relacionadas aos dois processos judiciais movidos contra a Petros por alguns participantes, a saber: i) redução da idade dos funcionários admitidos na Petrobras em 1978/1979 e; ii) o mesmo critério de cálculo de pensão para viúvas(os) adotado pelo INSS, o qual aumentou os “Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários – Plano de pensão” no valor de US\$443 e “Outros resultados abrangentes acumulados – Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos – Plano de pensão”, no valor de US\$314.

Em 12 de setembro de 2007 a Petrobras e as subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros, os sindicatos e a Petros celebraram um Acordo que abrange obrigações com planos de previdência no valor de US\$2.380, a serem pagos em prestações ao longo dos próximos 20 anos, conforme o acordado anteriormente durante o processo de renegociação, provendo também garantias para o referido valor, o qual já tinha sido provisionado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 30 de setembro de 2007, a Petrobras possuía um saldo de US\$1.588 relativo a Notas do Tesouro Nacional da série B, classificadas como ativo não corrente, que serão utilizadas futuramente a título de garantia ao supra citado Termo de Acordo. Ademais, em 3 de outubro de 2007, a Petrobras adquiriu R\$218 em Notas do Tesouro Nacional da série B (veja Nota 5).



(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **14. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios (Continuação)**

#### **Novo plano de benefícios (Plano Petros 2)**

Em 22 de junho de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a implementação do novo plano de previdência complementar, denominado Plano Petros 2, destinados aos novos empregados, assim como àqueles que ingressaram na Companhia após setembro de 2002 e não possuíam o benefício.

Esse Plano foi concebido na modalidade de Contribuição Variável (CV) ou misto, com a capitalização de recursos através de contas individuais, aposentadorias estabelecidas em função do saldo da conta, além da cobertura para riscos previdenciários (invalidez e morte na fase ativa) e das opções de pagamento de benefícios em regime de renda vitalícia, com previsão de reversão em pensão para dependentes após morte do titular, ou pelo regime de recebimento em quotas por prazo indeterminado, além da garantia de um benefício mínimo.

A Petrobras e as demais patrocinadoras assumirão os custos com o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os novos participantes estiveram sem plano, desde agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007.

Os desembolsos serão realizados durante os primeiros meses para as contribuições até o total de meses durante o qual os participantes não possuíam um plano, devendo cobrir a parcela relativa a participantes e patrocinadora.

Os impactos relativos ao Plano Petros 2 foram calculados por atuários independentes e foram contabilizados consoante os padrões definidos nas SFAS 87, 132 e 158, os quais aumentaram os “Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários – Plano de Pensão” no valor de US\$214 e “Outros resultados abrangentes acumulados” - Ajustes das reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos – Plano de pensão”, no valor de US\$122.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **15. Patrimônio Líquido**

O capital subscrito e totalmente integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2007 e em 31 de dezembro de 2006, consistia de 2.536.673.672 ações ordinárias e 1.850.364.698 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm quaisquer direitos a voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa. Ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos e retorno de capital.

A legislação brasileira em vigor dispõe que o Governo Federal retenha propriedade de 50% mais uma ação do capital votante da Companhia.

A relação entre o *American Depositary Shares* (ADS) e as ações de cada classe tem sido de quatro ações para uma desde de 1º de setembro de 2005.

Em 11 de maio de 2007, o Conselho de Administração, aprovou a alteração da relação entre as ações da Companhia e os *American Depositary Shares* (ADS's) de 4 (quatro) ações para 1 (um) ADS para 2 (duas) ações para 1 (um) ADS. O objetivo dessa alteração na relação entre ações e ADS é facilitar ao pequeno investidor a compra de ADS's na Bolsa de Nova York (*New York Stock Exchange – NYSE*) e, conseqüentemente, ampliar a base de acionistas da Companhia. Essa decisão demonstra também a confiança da Companhia em seus resultados futuros. Esta alteração passou a valer a partir de 2 de julho de 2007. Todas as informações relativas a ADS nas demonstrações contábeis e notas explicativas foram alteradas para refletirem o resultado da alteração da relação entre as ações emitidas em nome da Companhia e os ADS's.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada juntamente com a Assembléia Geral Ordinária, em 2 de abril de 2007, os acionistas da Petrobras aprovaram um aumento do capital da Companhia para US\$24.623 (R\$52.644) mediante a capitalização de reservas de lucros acumulados durante os exercícios financeiros anteriores, no montante de US\$1.647 (R\$3.372), e de reserva estatutária, no montante de US\$492 (R\$1.008), e sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1, Lei Nº 6.404/76.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada, juntamente com a Assembléia Geral Ordinária, em 3 de abril de 2006, os acionistas da Companhia aprovaram aumento no capital da Companhia para US\$22.397 (R\$48.248), mediante a capitalização de lucros acumulados durante os exercícios financeiros anteriores, no montante de US\$6.969 (R\$15.012), sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1, Lei No 6.404/76.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **15. Patrimônio Líquido (Continuação)**

De acordo com o artigo 29, inciso II do Estatuto Social da Companhia, em 15 de dezembro de 2006, o Conselho de Administração autorizou a recompra de parte das ações preferenciais em circulação para cancelamento futuro, utilizando-se de recursos provenientes das reservas de lucro sujeitas às seguintes condições:

- a) Objetivo: reduzir o excedente de caixa e adequar a estrutura de capital, contribuindo para reduzir o custo do capital da Petrobras;
- b) Valor: até 91.500.000 ações preferenciais, correspondente a 4,9% do total dessa classe de ação em circulação, que é de 1.850.364.698 ações;
- c) Preço: a aquisição ocorrerá na Bolsa de Valores, a valores de mercado nas datas de aquisição ao longo do prazo de recompra;
- d) Prazo: até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir de 15 de dezembro de 2006.

Em 25 de julho de 2007, o Conselho de Administração aprovou a distribuição da remuneração aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, de acordo com o Artigo 9 da Lei no. 9.249/95 e os Decretos nos. 2.673/98 e 3.381/00, no valor de US\$1.164 e US\$1.152, respectivamente, o que corresponde ao valor bruto de US\$0,27 e US\$0,26 por ação ordinária e preferencial, respectivamente. Este montante já se encontra provisionado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas de 30 de setembro de 2007 e representa um valor inferior às obrigações mínimas com relação aos dividendos exigidos pelo estatuto da Companhia. A provisão dos juros sobre capital próprio gerou créditos de imposto de renda e contribuição social no montante de US\$788.

A primeira parcela dos juros sobre o capital próprio será disponibilizada aos acionistas até 31 de janeiro de 2008 e a segunda até 31 de março de 2008, com base na posição acionária de 17 de agosto de 2007 e de 05 de outubro de 2007, respectivamente, e serão deduzidos dos dividendos a serem distribuídos no fim do exercício social de 2007, corrigidos de acordo com a variação da taxa Selic, caso pagos antes de 31 de dezembro de 2007, a partir da efetiva data de pagamento até o final daquele exercício social. Caso sejam pagos em 2008, o valor a ser pago será corrigido mensalmente de acordo com a variação da taxa Selic a partir de 31 de dezembro de 2007 até a data de início do pagamento.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 15. Patrimônio Líquido (Continuação)

Estes juros sobre o capital próprio estão sujeitos ao imposto de renda de 15% (quinze por cento), salvo no caso dos acionistas que declararem sua imunidade ou isenção.

A Assembléia Geral Ordinária de 02 de abril de 2007 aprovou dividendos referentes ao exercício de 2006, no montante de US\$3.693, correspondente a US\$0,84 por ação ordinária e preferencial, e incluem as parcelas de juros sobre capital próprio, dos quais US\$2.052 foram disponibilizados aos acionistas em 04 de janeiro de 2007, correspondente a US\$0,47 por ação, com base na posição acionária de 31 de outubro de 2006, US\$923 foram disponibilizados em 30 de março de 2007, com base na posição acionária de 28 de dezembro de 2006, correspondente a US\$0,21 por ação e o saldo remanescente de US\$718, correspondente a US\$0,16 por ação, foi disponibilizado em 17 de maio de 2007, com base na posição acionária de 02 de abril de 2007.

Estes dividendos foram atualizados monetariamente, de acordo com a variação da taxa Selic, a partir de 31 de dezembro de 2006 até 17 de maio de 2007, data inicial de pagamento.

O lucro líquido básico e diluído por ação foi determinado como segue:

	Período de nove meses findo em	
	30 de setembro de	
	2007	2006
Lucro líquido do período	10.326	10.040
Menos dividendos atribuíveis a ações preferenciais	(963)	(558)
Menos dividendos atribuíveis a ações ordinárias, até o limite dos dividendos atribuíveis a ações preferenciais, por ação	(1.320)	(765)
Saldo do lucro líquido remanescente a ser alocado igualmente às ações ordinárias e preferenciais	8.043	8.717
Média ponderada do número de ações em circulação		
Ordinárias	2.536.673.672	2.536.673.672
Preferenciais	1.850.364.698	1.849.747.602
Lucro básico e diluído por:		
Ação ordinária e preferencial	2,35	2,29
ADS ordinária e preferencial	4,70	4,58 (*)

\*Atualizado considerando o efeito da alteração da relação entre as ações emitidas em nome da Companhia e os "American Depositary Shares", realizada em 2 de julho de 2007.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **16. Compromissos e Contingências**

A Companhia está sujeita a determinados compromissos e contingências resultantes do curso normal de suas operações. Além disso, as operações e os resultados da Companhia têm sido, e podem ser no futuro, afetados de diferentes formas por alterações na legislação brasileira, influências do Governo Federal como acionista majoritário da Companhia, pela situação da economia brasileira, pela venda forçada de ativos, aumento de impostos, processos fiscais retroativos e pela legislação ambiental. Não é possível estimar no momento a probabilidade de ocorrência dessas contingências e o seu efeito sobre a Companhia.

##### **a) Processos judiciais**

A Companhia está envolvida em diversos processos judiciais de natureza cível, tributária, trabalhista, corporativa e ambiental, resultantes das suas operações. A Companhia constituiu provisões para processos judiciais a valores estimados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis.

Em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, as provisões por tipo de processo estavam apresentadas da seguinte forma:

	<b>30 de setembro de 2007</b>	<b>31 de dezembro de 2006</b>
Processos trabalhistas	<u>45</u>	<u>38</u>
Processos fiscais	<u>121</u>	<u>47</u>
Processos cíveis	<u>128</u>	<u>97</u>
Processos comerciais e outras contingências	<u>19</u>	<u>51</u>
Total	<u>313</u>	<u>233</u>
Contingências no curto prazo	<u>(29)</u>	<u>(25)</u>
Contingências no longo prazo	<u>284</u>	<u>208</u>

Em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, de acordo com a legislação brasileira, a Companhia efetuou depósitos judiciais nos valores de US\$987 e US\$816, respectivamente, como garantia para essas e outras demandas até que sejam liquidadas. Estes valores estão refletidos no balanço patrimonial como depósitos vinculados a processos judiciais e garantias.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **16. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **b) Questões ambientais**

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais. Essas leis disciplinam atividades envolvendo a descarga de petróleo, gás e outros materiais no meio ambiente e estabelecem que os efeitos das operações da Companhia sobre o meio ambiente devem ser por ela corrigidos ou mitigados.

A Administração da Companhia considera que quaisquer despesas incorridas para corrigir ou mitigar possíveis impactos ambientais não devem ter efeito significativo nas operações ou no fluxo de caixa.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 17. Informações sobre Segmentos de Negócios

Os ativos da Companhia segregados por segmento estão demonstrados a seguir:

	Em 30 de setembro de 2007							
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (veja demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	Total
Ativo circulante	4.153	11.829	2.778	2.413	2.513	11.022	(6.056)	28.652
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	7.421	-	7.421
Outros ativos circulantes	4.153	11.829	2.778	2.413	2.513	3.601	(6.056)	21.231
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	69	1.405	510	1.520	32	204	-	3.740
Imobilizado, líquido	43.264	12.963	9.345	7.339	1.763	1.377	(10)	76.041
Ativo realizável a longo prazo	1.317	533	1.452	592	512	5.882	(390)	9.898
Conta Petróleo e Álcool	-	-	-	-	-	433	-	433
Títulos governamentais	-	-	-	-	-	677	-	677
Outros ativos	1.317	533	1.452	592	512	4.772	(390)	8.788
Total do ativo	48.803	26.730	14.085	11.864	4.820	18.485	(6.456)	118.331

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos  
(Exceto quando especificamente indicado)  
(Não auditado)

#### 17. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Em 30 de setembro de 2007						
	Internacional						
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	Total
Ativo circulante	1.735	1.082	1.078	176	221	(1.879)	2.413
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	1.735	1.082	1.078	176	221	(1.879)	2.413
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	905	295	274	20	26	-	1.520
Imobilizado, líquido	5.868	997	203	166	134	(29)	7.339
Ativo realizável a longo prazo	534	78	65	13	1.755	(1.853)	592
Outros ativos	534	78	65	13	1.755	(1.853)	592
Total do ativo	9.042	2.452	1.620	375	2.136	(3.761)	11.864



(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos  
(Exceto quando especificamente indicado)  
(Não auditado)

#### 17. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Em 31 de dezembro de 2006							Total
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (veja demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Ativo circulante	2.966	9.668	1.256	2.371	1.978	15.413	(2.697)	30.955
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	12.688	-	12.688
Outros ativos circulantes	2.966	9.668	1.256	2.371	1.978	2.725	(2.697)	18.267
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	33	970	394	1.721	20	124	-	3.262
Imobilizado, líquido	33.979	9.828	6.828	5.722	1.468	1.072	-	58.897
Ativo realizável a longo prazo	1.388	354	1.119	460	209	2.523	(487)	5.566
Conta Petróleo e Álcool	-	-	-	-	-	368	-	368
Títulos governamentais	-	-	-	-	-	479	-	479
Outros ativos	1.388	354	1.119	460	209	1.676	(487)	4.719
Total do ativo	38.366	20.820	9.597	10.274	3.675	19.132	(3.184)	98.680

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos  
(Exceto quando especificamente indicado)  
(Não auditado)

#### 17. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Em 31 de dezembro de 2006						
	Internacional						
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	Total
Ativo circulante	1.486	1.019	954	134	219	(1.441)	2.371
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	1.486	1.019	954	134	219	(1.441)	2.371
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	990	360	280	66	25	-	1.721
Imobilizado, líquido	4.436	834	216	162	94	(20)	5.722
Ativo realizável a longo prazo	546	36	49	13	669	(853)	460
Outros ativos	546	36	49	13	669	(853)	460
Total do ativo	7.458	2.249	1.499	375	1.007	(2.314)	10.274

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos  
(Exceto quando especificamente indicado)  
(Não auditado)

#### 17. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

Receitas e lucro líquido segregados por segmento estão demonstrados a seguir:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2007							
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (veja demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	Total
Receitas operacionais líquidas com terceiros	2.015	35.971	2.587	5.700	16.138	-	-	62.411
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	26.859	13.246	811	687	276	-	(41.879)	-
Receitas operacionais líquidas	28.874	49.217	3.398	6.387	16.414	-	(41.879)	62.411
Custo das vendas	(10.608)	(42.797)	(2.991)	(4.840)	(14.858)	-	41.163	(34.931)
Depreciação, exaustão e amortização	(2.267)	(752)	(162)	(417)	(112)	(106)	-	(3.816)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	(398)	-	-	(391)	-	-	-	(789)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(245)	(1.516)	(341)	(468)	(780)	(1.109)	78	(4.381)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(302)	(115)	(66)	(1)	(4)	(124)	-	(612)
Outras despesas operacionais	(223)	(107)	(346)	(58)	(67)	(918)	1	(1.718)
Custos e despesas	(14.043)	(45.287)	(3.906)	(6.175)	(15.821)	(2.257)	41.242	(46.247)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	-	17	65	130	-	(40)	-	172
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(370)	-	(370)
Despesas com benefícios aos participantes aposentados	-	-	-	-	-	(728)	-	(728)
Outros tributos	(31)	(54)	(32)	(51)	(66)	(251)	-	(485)
Outras despesas, líquidas	(15)	(10)	(23)	49	(3)	11	-	9
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL e participação minoritária	14.785	3.883	(498)	340	524	(3.635)	(637)	14.762
Benefício (despesa) de imposto de renda	(5.027)	(1.314)	192	(218)	(178)	2.137	217	(4.191)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	(126)	(4)	(196)	(163)	-	244	-	(245)
Lucro (prejuízo) líquido do período	9.632	2.565	(502)	(41)	346	(1.254)	(420)	10.326

Uma parcela das despesas relativas às usinas termoeletricas ociosas foi lançada no Custo das vendas, visto que as referidas despesas estão associadas às vendas de energia, que por sua vez estão associadas à capacidade disponível para venda, independente do volume efetivamente gerado.

Para unificar o critério de alocação de despesas com segurança, saúde e meio ambiente, optamos por alocar tais despesas integralmente a outras despesas operacionais. As despesas relativas ao treinamento dos novos funcionários da Petrobras acham-se alocadas de acordo com a área de cada funcionário, não sendo mais lançadas na sua totalidade em despesas administrativas corporativas.

Para manutenção da base de comparação entre os períodos, estamos apresentando as demonstrações contábeis anteriores de acordo com os novos critérios acima referidos.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 17. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2007						
	Internacional						Total
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	794	3.060	395	1.430	14	7	5.700
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	1.096	1.126	37	13	-	(1.585)	687
Receitas operacionais líquidas	1.890	4.186	432	1.443	14	(1.578)	6.387
Custo das vendas	(677)	(3.996)	(350)	(1.381)	(14)	1.578	(4.840)
Depreciação, exaustão e amortização	(330)	(51)	(11)	(15)	(10)	-	(417)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	(391)	-	-	-	-	-	(391)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(140)	(56)	(14)	(89)	(169)	-	(468)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Outras despesas operacionais	(68)	15	11	8	(23)	(1)	(58)
Custos e despesas	(1.606)	(4.088)	(364)	(1.477)	(217)	1.577	(6.175)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	6	21	16	-	49	38	130
Outros tributos	(6)	(2)	(1)	(2)	(40)	-	(51)
Outras despesas, líquidas	(1)	22	10	-	18	-	49
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL e participação minoritária	283	139	93	(36)	(176)	37	340
Benefício (despesa) de imposto de renda	(212)	(18)	(1)	(3)	16	-	(218)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	(62)	(50)	(15)	13	(11)	(38)	(163)
Lucro (prejuízo) líquido do período	9	71	77	(26)	(171)	(1)	(41)

Uma parcela das despesas relativas às usinas termoeletricas ociosas foi lançada no Custo das vendas, visto que as referidas despesas estão associadas às vendas de energia, que por sua vez estão associadas à capacidade disponível para venda, independente do volume efetivamente gerado.

Para unificar o critério de alocação de despesas com segurança, saúde e meio ambiente, optamos por alocar tais despesas integralmente a outras despesas operacionais. As despesas relativas ao treinamento dos novos funcionários da Petrobras acham-se alocadas de acordo com a área de cada funcionário, não sendo mais lançadas na sua totalidade em despesas administrativas corporativas.

Para manutenção da base de comparação entre os períodos, estamos apresentando as demonstrações contábeis anteriores de acordo com os novos critérios acima referidos.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos  
(Exceto quando especificamente indicado)  
(Não auditado)

#### 17. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006							Total
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (veja demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	2.499	32.137	2.108	3.087	13.496	-	-	53.327
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	24.943	11.056	895	844	210	-	(37.948)	-
Receitas operacionais líquidas	27.442	43.193	3.003	3.931	13.706	-	(37.948)	53.327
Custo das vendas	(10.229)	(38.491)	(2.643)	(2.376)	(12.432)	-	37.330	(28.841)
Depreciação, exaustão e amortização	(1.542)	(469)	(140)	(314)	(101)	(50)	-	(2.616)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	(309)	-	-	(236)	-	-	-	(545)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(321)	(1.016)	(243)	(369)	(756)	(844)	29	(3.520)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(247)	(96)	(48)	(1)	(4)	(116)	-	(512)
Outras despesas operacionais	38	(10)	(181)	29	(15)	(474)	13	(600)
Custos e despesas	(12.610)	(40.082)	(3.255)	(3.267)	(13.308)	(1.484)	37.372	(36.634)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	-	10	(26)	29	-	23	-	36
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(377)	-	(377)
Despesas com benefícios aos participantes aposentados	-	-	-	-	-	(764)	-	(764)
Outros tributos	(25)	(61)	(30)	(49)	(58)	(194)	-	(417)
Outras despesas, líquidas	(67)	(16)	(6)	(5)	1	35	-	(58)
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL e participação minoritária	14.740	3.044	(314)	639	341	(2.761)	(576)	15.113
Benefícios (despesas) de imposto de renda	(5.011)	(1.032)	98	(237)	(117)	1.454	196	(4.649)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	(136)	(3)	(155)	(158)	-	28	-	(424)
Lucro (prejuízo) líquido do período	9.593	2.009	(371)	244	224	(1.279)	(380)	10.040

Uma parcela das despesas relativas às usinas termoeletricas ociosas foi lançada no Custo das vendas, visto que as referidas despesas estão associadas às vendas de energia, que por sua vez estão associadas à capacidade disponível para venda, independente do volume efetivamente gerado.

Para unificar o critério de alocação de despesas com segurança, saúde e meio ambiente, optamos por alocar tais despesas integralmente a outras despesas operacionais. As despesas relativas ao treinamento dos novos funcionários da Petrobras acham-se alocadas de acordo com a área de cada funcionário, não sendo mais lançadas na sua totalidade em despesas administrativas corporativas.

Para manutenção da base de comparação entre os períodos, estamos apresentando as demonstrações contábeis anteriores de acordo com os novos critérios acima referidos.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos  
(Exceto quando especificamente indicado)  
(Não auditado)

#### 17. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006						Total
	Internacional						
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	579	899	535	1.056	18	-	3.087
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	1.356	1.108	31	6	-	(1.657)	844
Receitas operacionais líquidas	1.935	2.007	566	1.062	18	(1.657)	3.931
Custo das vendas	(680)	(1.812)	(427)	(1.079)	(19)	1.641	(2.376)
Depreciação, exaustão e amortização	(236)	(47)	(10)	(11)	(10)	-	(314)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	(236)	-	-	-	-	-	(236)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(109)	(51)	(12)	(66)	(131)	-	(369)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Outras despesas operacionais	13	7	12	6	(9)	-	29
Custos e despesas	(1.248)	(1.903)	(437)	(1.150)	(170)	1.641	(3.267)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	20	10	(4)	-	3	-	29
Outros tributos	(11)	(8)	-	(1)	(29)	-	(49)
Outras despesas, líquidas	(4)	-	-	(1)	-	-	(5)
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL e participação minoritária	692	106	125	(90)	(178)	(16)	639
Benefício (despesa) de imposto de renda	(245)	(35)	(47)	33	51	6	(237)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	(133)	(24)	(18)	24	(7)	-	(158)
Lucro líquido (prejuízo) do período	314	47	60	(33)	(134)	(10)	244

Uma parcela das despesas relativas às usinas termoeletricas ociosas foi lançada no Custo das vendas, visto que as referidas despesas estão associadas às vendas de energia, que por sua vez estão associadas à capacidade disponível para venda, independente do volume efetivamente gerado.

Para unificar o critério de alocação de despesas com segurança, saúde e meio ambiente, optamos por alocar tais despesas integralmente a outras despesas operacionais. As despesas relativas ao treinamento dos novos funcionários da Petrobras acham-se alocadas de acordo com a área de cada funcionário, não sendo mais lançadas na sua totalidade em despesas administrativas corporativas.

Para manutenção da base de comparação entre os períodos, estamos apresentando as demonstrações contábeis anteriores de acordo com os novos critérios acima referidos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **17. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)**

Os gastos de capital por segmento de negócio nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2007 e 2006 estão apresentados abaixo:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2007	2006
Exploração e Produção	7.837	5.806
Abastecimento	1.800	1.419
Gás e Energia	1.220	626
Internacional		
Exploração e Produção	2.253	977
Abastecimento	281	100
Distribuição	20	17
Gás e Energia	5	97
Distribuição	256	195
Corporativo	333	361
	<u>14.005</u>	<u>9.598</u>

#### **18. Nova Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia**

A nova Lei Boliviana de Hidrocarbonetos 3.058 está em vigor desde 19 de maio de 2005. Essa lei revoga a Lei de Hidrocarbonetos anterior 1.689, datada de 30 de abril de 1996.

A nova lei estabelece, entre outros pontos, uma carga tributária maior para as empresas do setor, por meio de *royalties* de 18% e de um imposto direto sobre os hidrocarbonetos (IDH) de 32%, a ser aplicado diretamente sobre 100% da produção, os quais se somem aos impostos em vigor em virtude da Lei Nº 843. Além disso, a nova legislação determina a migração dos contratos de risco compartilhados para novos contratos observando os modelos estabelecidos na Lei, e introduz modificações na atividade de distribuição de produtos derivados de petróleo.

Em 30 de junho de 2006, venceu o prazo dos contratos que as grandes empresas distribuidoras tinham para a distribuição de hidrocarbonetos na Bolívia. A Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) assumiu, a partir desta data, a distribuição nacional. A empresa Petrobras Bolívia Distribución, que mantinha adjudicada grande parte deste negócio, continua atuando no segmento através das estações de serviço de sua propriedade.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **18. Nova Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia (Continuação)**

A partir de 1º de maio de 2006, entrou em vigor na Bolívia o Decreto Supremo 28.701, através do qual se nacionalizaram os recursos naturais de hidrocarbonetos, obrigando as empresas que realizavam atividades de produção de gás e petróleo a entregar em propriedade à YPFB toda a produção de hidrocarbonetos.

Adicionalmente, mediante o mencionado decreto, o Governo Boliviano nacionalizou as ações necessárias para que a YPFB controlasse com, no mínimo, 50% mais 1 ação, a Petrobras Bolívia Refinación S.A. – PBR, da qual a Petrobras detinha indiretamente 100% de participação (Petrobras International Braspetro B.V. – 51% e Petrobras Energia S.A. – 49%).

Em 28 de outubro de 2006, a Petrobras Bolívia e seus sócios firmaram com a YPFB contratos de operação dos blocos San Alberto, San Antonio, Rio Honda e Ingre, que são operados pela Petrobras. Esses contratos estabelecem que as receitas, royalties, participações, IDH, transporte e compressão serão absorvidos pela YPFB, devendo ser reembolsados ao titular (Petrobras), os custos de produção e investimentos realizados pela Companhia, além do pagamento da remuneração calculada de acordo com a tabela de participação variável estabelecida no contrato. Em documento, anexo aos contratos, intitulado “Investimentos feitos”, a Petrobras e seus sócios declaram o total investido, líquido de amortização, que foi revisado por auditores contratados pelo Ministério dos Hidrocarbonetos. Esses contratos de operação foram protocolados e entraram em vigor a partir de 02 de maio de 2007 e não geraram efeito nas demonstrações financeiras da Petrobras.

Em 31 de agosto de 2007 foi promulgada a Lei No. 3.740 sobre o Desenvolvimento Sustentável do Setor de Hidrocarbonetos, o qual revogou o “Impuesto a las Utilidades Extraordinárias por Extracción de Recursos Naturales no Renovables” e capacitou a YPFB a participar das receitas oriundas dos supra mencionados contratos operacionais. Visto que estes contratos de operação possuem classificação de serviço de risco, a Companhia os tratou e lançou como contratos de compartilhamento de produção.

Em 30 de setembro de 2007 os “Acordos de Entrega de Hidrocarburos” previstos nos contratos de operação para os blocos de San Alberto e San Antonio continuavam em negociação, porém o gás continua com sua distribuição normal. Os mesmos cobrem o mercado boliviano de gás natural assim como de produtos de hidrocarbonetos gasosos e líquidos, e a exportação de gás natural para o Brasil (GSA).



(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **18. Nova Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia (Continuação)**

Em função do Decreto Supremo 29.122, emitido em 06 de maio de 2007, o qual estabelece que a YPFB será o único exportador de petróleo reconstituído e gasolina branca, principais produtos comercializados pela PBR, em 07 de maio de 2007, a Petrobras apresentou uma oferta de venda da totalidade das ações da PBR para a YPFB, a qual foi aceita pelo Governo Boliviano, em 12 de maio de 2007, através do Decreto Supremo 29.128. Em 25 de junho de 2007, foi assinado o contrato de compra das ações da PBR, com a transferência de 100% das ações para a YPFB pelo montante de US\$112 em 2 parcelas, já liquidadas em 11 de junho de 2007 e em 13 de agosto de 2007.

O ganho apurado pela Petrobras na alienação das ações da PBR encontra-se registrado em “Outras despesas, líquidas” no montante de US\$34, em 30 de setembro de 2007.

Adicionalmente, o contrato estabelece que o resultado líquido positivo apurado pela PBR, entre 1º de abril de 2007 e 25 de junho de 2007, será pago às vendedoras até 31 de maio de 2008, tendo sido provisionado o montante aproximado de US\$19.

Atualmente a Petrobras encontra-se em vias de encerrar suas operações de distribuição de petróleo e gás na Bolívia.

### **19. Revisão dos Convênios Operacionais na Venezuela**

Em março de 2006, a Pesa, através de suas controladas e coligadas na Venezuela, firmou com a PDVSA e a Corporación Venezolana del Petróleo S.A. (CVP) Memorandos de Entendimento (MDE) com o objetivo de concretizar a migração dos convênios operacionais para a modalidade de empresas mistas. Os MDE estabeleciam que a participação dos sócios privados nas empresas mistas é de 40%, correspondendo ao governo venezuelano uma participação de 60%. De acordo com o que estabelece o MDE, a CVP reconheceu créditos divisíveis e transferíveis a favor das empresas privadas que participam das empresas mistas, que não estão sujeitos a juros e podem ser utilizados no pagamento de bônus de aquisição de qualquer novo projeto de empresa mista para o desenvolvimento de atividades de exploração e produção de petróleo ou de licença para o desenvolvimento de operações de exploração e produção de gás na Venezuela. Os créditos atribuídos à PESA correspondem a US\$88,5.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **19. Revisão dos Convênios Operacionais na Venezuela (Continuação)**

A migração dos contratos produziu efeitos econômicos a partir de 01 de abril de 2006. Em agosto de 2006, foram firmados os contratos de conversão de Oritupano Leona, La Concepción, Acema e Mata e foram constituídas as empresas Petroritupano S.A., Petrowayú S.A., Petrovenbras S.A. e Petrokariña S.A. as quais, respectivamente, irão operar nas áreas acima mencionadas.

De acordo com a estrutura societária e de governança definida para as empresas mistas, a partir de 01 de abril de 2006, a Pesa deixou de consolidar os ativos, passivos e resultados referentes às mencionadas operações, apresentando-os como investimentos societários em coligadas, avaliados por equivalência patrimonial. A partir dessa data e até que as empresas mistas se encontrassem em condições operacionais, as atividades foram provisoriamente dirigidas por um comitê executivo integrado principalmente por representantes da PDVSA.

A recuperação destes investimentos possui fortes vínculos com a volatilidade dos preços do petróleo, as condições sociais, econômicas e regulatórias na Venezuela e, em especial, com o interesse dos acionistas em desenvolver as reservas de petróleo. Em 30 de setembro de 2007 os planos de negócios das empresas de economia mista estavam em fase de reavaliação.

As reduções no preço do petróleo, as vicissitudes da economia e as medidas adotadas pelo governo da Venezuela, e sobretudo o desenvolvimento das reservas de petróleo das empresas de economia mista, poderá comprometer o grau de recuperação destes investimentos, e logo os resultados da PESA.

Os resultados das operações realizadas pelas empresas mistas no período de janeiro a setembro de 2007 foram baseados nas informações contábeis disponíveis. A materialização de certas estimativas depende de fatos futuros, alguns dos quais estão fora do controle direto da Companhia.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **20. Aquisições**

#### **a) Ipiranga**

Em 18 de abril de 2007, Ultrapar (a “Comissária”), tendo Braskem S.A. e Petróleo Brasileiro SA - Petrobras (mediante acordo de comissão) como intervenientes, adquiriu pela quantia de US\$2.694 (R\$5.486 milhões) a ser despendido em três parcelas, 61,6% das ações ordinárias e 13,8% das ações preferenciais de Refinaria de Petróleo Ipiranga SA (“RPI”), 65,5% das ações ordinárias e 12,6% das ações preferenciais de Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga SA (“DPPI”) e 3,6% das ações ordinárias e 0,4% das ações preferenciais de Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (“CBPI”), possuídas pelos acionistas controladores do Grupo Ipiranga. Nessa mesma data, Ultrapar, Petrobras e Braskem pagaram, conforme o acordado no termo de compra e venda celebrado em 18 de março de 2007, o pagamento da primeira parcela no valor de US\$1.017 relativos à aquisição das ações detidas pelos acionistas controladores do Grupo Ipiranga, dos quais US\$365 foram pagos pela Petrobras.

Nos termos do acordo assinado pela Ultrapar, Braskem e Petrobras, a Ultrapar passou a deter o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes da DPPI e CBPI localizados nas regiões Sul e Sudeste (“Ativos de Distribuição Sul”), a Petrobras assumirá o controle sobre os negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes da DPPI e CBPI localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (“Ativos de Distribuição Norte”), e a Braskem passou a deter o controle sobre os ativos petroquímicos, representados pela Ipiranga Química S.A., Ipiranga Petroquímica S.A. (IPQ) e pela participação desta na Companhia Petroquímica do Sul (Copesul). Os ativos relacionados às operações de refino de petróleo detidos pela RPI serão compartilhados igualmente entre Petrobras, Ultrapar e Braskem.

A operação foi apresentada à aprovação das autoridades antimonopólio (o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Secretaria de Direito Econômico (SDE) e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE)), dentro das exigências da legislação e regulamentação em vigor.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **20. Aquisições (Continuação)**

#### **a) Ipiranga (Continuação)**

A Ultrapar é a responsável por executar a reorganização societária das empresas adquiridas, com o objetivo de separar os ativos atribuídos a cada uma das empresas adquirentes, cujas etapas são:

- a) Oferta Pública de “Tag Along” para aquisição das ações ordinárias de emissão de RPI, DPPI e CBPI (com registro na CVM em 02 de maio de 2007);
- b) Incorporação pela Ultrapar das ações de emissão da RPI, DPPI e CBPI;
- c) Segregação dos ativos sendo: (i) redução de capital da RPI e da CBPI, a fim de transferir os ativos petroquímicos diretamente para a Ultrapar, para posterior entrega à Braskem e à Petrobras, nos termos da comissão, e (ii) cisão da CBPI para transferir os ativos de distribuição norte a uma sociedade controlada pela Petrobras.

A operação se encontra atualmente no ponto de conclusão da Oferta Pública (OP) das ações ordinárias em circulação, de emissão de RPI, DPPI e CBPI. Com relação a RPI e DPPI, a CVM aprovou o registro da OP em 14 de setembro de 2007, com a data do leilão definida para 22 de outubro de 2007, e a data da liquidação financeira a partir de 25 de outubro de 2007. Foram adquiridas 1.274.718 ações ordinárias da DPPI, o equivalente a 77% das ações, e 2.771.781 ações da RPI, o equivalente a 82% das ações, através de ofertas de compra por um valor total de US\$240 (R\$440.763 mil), cabendo à Petrobras a parcela de US\$88 (R\$161.561 mil). O desembolso total foi de cerca de US\$299 (R\$549.008 mil), cabendo à Petrobras o valor de US\$109 (R\$201.238.561 mil), sujeito ao valor efetivo das ações adquiridas no leilão. No tocante à CBPI, foi aprovado o registro da OP em 8 de novembro de 2007, tendo sido realizado o leilão em 8 de novembro de 2007 com a liquidação financeira em 13 de novembro de 2007. O desembolso total foi US\$106 (R\$195.586 mil), do qual US\$39 (R\$71.692 mil) a receber pela Petrobras, sujeito às mesmas restrições citadas acima.

Com relação aos negócios da petroquímica, em 18 de abril Petrobras e Braskem apresentaram um requerimento à CVM para o registro de uma PO para o fechamento do capital da Copesul. A CVM aprovou o registro em 10 de agosto de 2007, tendo sido realizado o leilão da emissão de ações ordinárias em 5 de outubro de 2007.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **20. Aquisições (Continuação)**

#### **a) Ipiranga (Continuação)**

O valor da operação foi de US\$704 (R\$1.294.236 mil), através de uma sociedade de propósito específico denominada EDSP58 Participações LTDA., cujos cotistas são Braskem (60%) e Petrobras (40%).

Já com relação à IPQ, Petrobras e Braskem encaminharam em 18 de maio de 2007, pedido de registro de OPA de Tag Along, o que permitiu a aquisição privada das ações de emissão detidas pelos minoritários em 28 de junho de 2007 com a liquidação financeira e transferência das ações pelos acionistas. O valor da operação foi estimado em US\$60 (R\$118.000 mil) e o veículo utilizado para aquisição foi uma sociedade de propósito específico: EDSP67 Participações S.A., controlada pela Ipiranga Química S.A. Em 04 de julho de 2007, a CVM deferiu o pedido de dispensa da referida OPA e, em 18 de julho de 2007, a IPQ teve seu registro de companhia aberta cancelado.

Após a 1ª fase da aquisição, nos negócios petroquímicos, a Petrobras passou a deter na Ipiranga Química 8,94% do capital total e 27,13% do capital votante e a quantia paga de US\$211 (R\$429.405 mil) foi registrada como “Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos”.

Na atividade de refino, Petrobras detém 10,01% do capital total da RPI, registrando a quantia total de US\$1,5 (R\$3.013 mil) em “Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos” e reconhecendo uma provisão para perda no mesmo valor devido ao patrimônio líquido negativo.

Em 16 de maio de 2007, o CADE aprovou o acordo denominado “Termo para a Preservação da Reversibilidade da Operação” (TPRO), o qual faculta à Petrobras indicar um administrador e implementar uma política de governança que garanta a preservação dos bens e dos direitos dos acionistas minoritários. O cronograma para a realização da operação permanece inalterado.

Com o APRO, a gestão dos ativos de distribuição adquiridos pela Petrobras passa a ser conduzida de forma independente da gestão dos ativos adquiridos pela Ultrapar.

O gestor dos ativos de distribuição da Petrobras foi selecionado no mercado e deverá conduzir os negócios até a decisão final do CADE sobre a operação.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **20. Aquisições (Continuação)**

#### **a) Ipiranga (Continuação)**

Nos negócios de distribuição, a Petrobras registrou a parcela de US\$154 (R\$313.342 mil), relativa aos ativos de distribuição, como adiantamento em “Outros ativos”, no Realizável a Longo Prazo em função do APRO, aguardando decisão final do CADE sobre a operação.

#### **b) Suzano Petroquímica**

Em 3 de agosto de 2007 a Petrobras celebrou um contrato de compra de ações para a aquisição da totalidade das ações integrantes do capital da Suzano Petroquímica S.A. (SZPQ), de propriedade direta ou indireta dos acionistas controladores da Suzano Holding S.A. (SH).

Em virtude da venda das participações acionárias diretas e indiretas da Suzano Petroquímica S.A., a Petrobras em cumprimento das disposições legais aplicáveis ao caso (Artigo 254-A da Lei No. 6404/76 e Instrução CVM No. 381, Regulamento do Nível 2 da BOVESPA sobre as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa), realizará uma oferta pública para a compra das ações ordinárias e preferenciais possuídas pelos acionistas minoritários da Suzano Petroquímica S.A. (OPA de “Tag-Along”), e ao mesmo tempo uma oferta pública para o cancelamento do registro da Suzano Petroquímica S.A. de companhia aberta (OP de fechamento de capital).

Estima-se o valor da aquisição de 100% das ações da Suzano Petroquímica S.A. em US\$1.402 (R\$2,7 bilhões), sujeito à redução de até 7% devido a ajustes efetuados em decorrência do processo e procedimentos de auditoria que deverão ser realizados até a conclusão da operação, marcado para 30 de novembro de 2007.

A Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Petrobras realizada em 29 de outubro de 2007 aprovou a ratificação do Contrato de Compra de Ações da Suzano Petroquímica S.A., bem como a indicação do ABN Amro Bank na qualidade de empresa perita para a emissão do relatório de avaliação sobre a operação, conforme determinado no Artigo 256 da Lei No. 6404/76.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **20. Aquisições (Continuação)**

#### **b) Suzano Petroquímica (Continuação)**

A operação foi apresentada às autoridades antimonopólio do Brasil (o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Secretaria de Direito Econômico (SDE) e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), dentro dos prazos e de acordo com os procedimentos determinados pela legislação em vigor). Atualmente o processo acha-se na fase de instrução no CADE.

### **21. Participação especial do campo de Marlim**

A participação governamental foi determinada pela Lei do Petróleo No. 9478/97, cobrada a título de remuneração das atividades de produção de petróleo e que incide sobre os campos com produção de grandes volumes.

O método utilizado pela Petrobras para apurar a participação especial devido pelo campo de Marlim tem base na interpretação juridicamente legítima da Diretriz 10 datada de 14 de janeiro de 1999, aprovada pela própria Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Em 6 de setembro de 2007 o Conselho de Administração da ANP determinou a constituição de um Grupo de Trabalho com a missão de demonstrar, através de critérios técnicos, a metodologia a ser aplicada na apuração da Participação Especial no campo de Marlim, bem como endossar as quantias pagas pela Petrobras por conta desta participação.

O Grupo de Trabalho produziu o Relatório sobre a Certificação do Pagamento da Participação Especial do Campo de Marlim, aprovado pelo Conselho de Administração da ANP mediante a Deliberação 267/2006 da 16 de agosto de 2006 e apresentado à Petrobras em 18 de agosto de 2006. A metodologia empregada pela Petrobras é a mesma constante do relatório aprovado pela ANP.

Em resumo, o Relatório determinou a metodologia a ser aplicada com relação à Participação Especial em Marlim, determinando também que a Petrobras efetue um pagamento complementar no valor de US\$218 (R\$400 milhões) relativo a pagamentos a menor pela Petrobras em decorrência do emprego do método de apuração inicialmente indicado pela ANP.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **21. Participação especial do campo de Marlim (Continuação)**

A Petrobras aceitou a ordem da ANP com base no fato de que a nova metodologia aplicada pelo Grupo de Trabalho não ser aplicada de forma retroativa, garantindo assim o cumprimento dos princípios constitucionais tais como a segurança jurídica e o ato jurídico perfeito.

O pagamento adicional teve como consequência a liquidação integral dos valores adicionais cobrados, de acordo com a decisão final da mais alta esfera decisória da ANP - a sua Diretoria Coligada.

Em 18 de julho de 2007 a Petrobras foi notificada da nova Resolução de Diretoria da ANP, estabelecendo o pagamento de outras quantias consideradas devidas retroativamente a 1998, anulando a Resolução anterior da Diretoria em 16 de agosto de 2006.

A Portaria 10 de 14 de janeiro de 1999 referendada pela Resolução de Diretoria 267/2006, de 16 de agosto de 2006, é legítima e legal, não podendo ser revogada ou anulada, sob pena de frontal violação dos supra mencionados princípios constitucionais. Sua anulação significará a incerteza jurídica total, não somente para a Petrobras mas para todos os concessionários.

A Petrobras está avaliando juridicamente a questão, não sendo descartada a possibilidade de ajuizamento de ação para evidenciar a validação dos procedimentos adotados pela Companhia e resguardar os interesses dos seus acionistas.

A posição dos assessores jurídicos da Petrobras é de que a expectativa de desembolso para os valores reclamados é remota.

### **22. Eventos Subseqüentes**

#### **a) Aquisição da Usina Termelétrica de Juiz de Fora**

Em 4 de outubro de 2007 a Petrobras adquiriu da Energisa S.A. 100% das ações da Usina Termoelétrica de Juiz de Fora, movida a gás natural, com capacidade de geração instalada de 87 MW e que possui contratos de fornecimento até 2022.



(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **22. Eventos Subseqüentes (Continuação)**

#### **a) Aquisição da Usina Termelétrica de Juiz de Fora (Continuação)**

Ademais, Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. e Energisa S.A. celebraram um contrato para utilização dos direitos sobre a comercialização de energia às subsidiárias da Energisa no nordeste do País. O valor total da operação foi de US\$111.

#### **b) Contrato de financiamento de exportações.**

Em 3 de outubro de 2007 a Petrobras celebrou um contrato de financiamento de US\$ 272 com o Banco do Brasil. A operação foi viabilizada através da emissão de uma Nota de Crédito de Exportação (NCE), com o exclusivo fim de aumentar as exportações de etanol da Petrobras, à luz das perspectivas futuras do crescimento dos negócios com bio-combustíveis, conforme destacado no plano estratégico da Companhia.

Esta operação marca o retorno da Petrobras como tomadora de recursos no mercado nacional, e foi negociada nas seguintes condições:

- Prazo: 2 anos com pagamento de principal e juros no final do prazo;
- Taxa de juros: 96,2% do CDI;
- Cláusula que dispõe sobre o pagamento antecipado a partir de 180 dias do saque sem penalidades;
- Isenção do IOF; e
- Dispensa de garantias.

#### **c) Investimentos no Golfo do México**

Em 3 de outubro de 2007 a Petrobras adquiriu mediante um investimento de US\$108 mais 26 blocos no Golfo do México, em leilão realizado pelo Serviço de Administração de Minerais (SAM). Dos 26 blocos, a Petrobras conseguiu uma participação de 100% e a condição de operadora de 20 blocos. Os demais blocos (seis) foram adquiridos em parceria com a Devon Energy, dos quais dois serão operados pela Petrobras e quatro pela Devon, com participação de 50% por cada uma.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **22. Eventos Subseqüentes (Continuação)**

#### **d) Projeto de construção da plataforma P-56**

Em 30 de outubro de 2007, a Petrobras, com o consórcio FSTP (Keppel Fels e Technip), celebrou um contrato para a construção da plataforma semi-submersível P-56, permitindo a antecipação da produção no Módulo 3 do campo de Marlim Sul, no valor aproximado de US\$1.200, incluindo os serviços de engenharia da plataforma, seu suprimento, construção e montagem (casco e unidade de processamento). A construção abrange dois outros contratos, um para o fornecimento dos módulos de compressão de gás com a Nuovo Pignone S.p.A., no valor de US\$141, e outro para o fornecimento, montagem e manutenção dos módulos de geração elétrica, no valor de US\$140, com a Rolls-Royce Energy Systems Inc. e UTC Engenharia S.A. A plataforma está dimensionada para operar durante 25 anos.

Estima-se que esta unidade de produção, uma das maiores do mundo, iniciará suas operações comerciais em fins de 2010, ajudando a Petrobras a atingir as metas de produção de petróleo e gás determinadas no Plano Estratégico da Companhia.

#### **e) Emissão de Notas Globais de US\$1.000**

Em 1º de novembro de 2007 a Petrobras, através de sua subsidiária integral Petrobras International Finance Company (PifCo), concluiu a emissão de US\$1.000 em títulos do tipo “Global Notes”, lançadas no mercado internacional, com vencimento em 1º de março de 2018 e com as seguintes características: (i) cupom de 5,875% ao ano; (ii) rendimento de 6,059% ao ano. Os juros serão pagos em 1º de março e 1º de setembro de cada ano, com o primeiro pagamento em 1º de março de 2008.

Esta emissão está alinhada com as estratégias da Petrobras de acessar os mercados de capitais de longo prazo, refinar o pagamento antecipado de dívidas antigas e reduzir o seu custo de capital.